

Presidente: Deputado Madruga da Costa  
Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

## SUMÁRIO

(Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas)

Depois de lida a correspondência chegada à Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, bem como respostas a vários requerimentos, de alguns Srs. Deputados, passou-se à parte dedicada às intervenções de interesse político relevante para a Região, integrada no Período de Antes da Ordem do Dia.

Intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. deputados:

José Maria Bairos (PSD), Victor Ramos (PS), Jorge Cabral (PSD), António Silveira (PSD), Paulo Valadão (PCP), Rui Melo (PSD), Victor Evaristo (PSD), Gaspar da Silva (PSD), Albano Pimentel (PS), Carlos César (PS), Renato Moura (Indep.), Lisete Silveira (PS), Luís Bastos (PSD), Francisco Sousa (PS) e Francisco José Silva (PSD).

No Período da Ordem do Dia, deu-se continuidade à leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes da Assembleia (que ficaram por concluir na Sessão anterior) de acordo com o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Usaram da palavra, sobre esta matéria, os Srs. Deputados Gaspar da Silva (PSD), Albano Pimentel (PS), José Carlos Simas (PSD) e Renato Moura (Indep.).

Posteriormente, passou-se à apreciação e votação dos seguintes diplomas, igualmente inseridos na ordem de trabalhos:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre “Classificação do Edifício Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores”, que foi aprovado, na generalidade e na especialidade, por unanimidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Alteração ao Decreto Legislativo Regional Nº 18/87/A, de 18 de Novembro - Concursos”, que recebeu aprovação da Câmara por unanimidade quer na generalidade quer na especialidade.

Usou da palavra apenas o Sr. Deputado Victor Ramos (PS), a fim de proferir uma declaração de voto.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Aplicação à região do Decreto-Lei Nº 398/91 de 16 de Outubro - Trabalho Suplementar”.

Intervieram os Srs. Deputados Rui Melo (PSD) e Francisco Sousa (PS).

Este diploma foi aprovado por unanimidade, na generalidade e na especialidade.

- Proposta de Resolução sobre “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1992”, que foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

---

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - António Gaspar da Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Fernando Faria, Francisco José Silva, Álvaro Pacheco, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madrugada da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte Jr., Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart, Manuel Serpa, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; PCP - Paulo Valadão; Dep. Indep. - Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 40 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos pelo período de antes da ordem do dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (Manuel Valadão): Do Sr. Deputado Luís Bastos uma carta, dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia, que em anexo contém documentação distribuída pelo Conselho Nacional de Educação e que é a seguinte:

- Projecto de Recomendação do CNE sobre o Regime de Acesso ao Ensino Superior;
- Proposta de Decretos-Leis, sobre Educação Artística nas áreas da Música, do Teatro, do Cinema e do Audio-Visual;
- Princípios fundamentais sobre Acção Social Escolar e Revisão do Sistema de Propinas no Ensino Superior.

(A documentação acima referida encontra-se arquivada no respectivo processo).

- Resposta a um requerimento do Sr. Deputado do PS, Dionísio Mendes de Sousa, sobre acesso aos relatórios de execução do Plano de 1989/1990 e 1º semestre de 1991, que vem da Secretaria Regional das Finanças e informa o seguinte:

“Respondendo ao ofício em referência de V. Ex<sup>a</sup>, sobre o assunto em epígrafe, encarrega-me S. Ex<sup>a</sup> o Secretário Regional das Finanças e Planeamento de, tendo em atenção a informação já disponibilizada em relatórios distribuídos às entidades em causa, remeter em anexo e discriminadamente, informação complementar ao relatório de execução do Plano/91 (Janeiro a Setembro), também já distribuído.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, José Francisco Gonçalves Silva”.

(A informação acima referida encontra-se arquivada no respectivo processo).

Secretário (Manuel Goulart): Resposta da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, a um requerimento do Sr. Deputado António Gomes, sobre o desassoreamento e limpeza da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, que é do seguinte teor:

“A Comissão da Área Ecológica Especial da Caldeira da Lagoa de Santo Cristo, onde tem assento a Marinha através da Capitania do Porto da Horta, estudou pormenorizadamente as várias hipóteses possíveis para proceder ao desassoreamento da Lagoa, tarefa de alto risco e, como se tem verificado ao longo dos anos, com muito pouco sucesso.

Na posse de toda a informação disponível, estão a ser programadas as obras e um plano de manutenção para o Verão de 1992. Neste sentido a próxima reunião da Comissão (14 de Maio) será realizada na Lagoa, para ultimar os detalhes da operação.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, Mário Lourenço”.

Secretário (Manuel Valadão): Resposta a um requerimento do Deputado Regional do PS, Dionísio de Sousa, oriunda da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, sobre o Decreto Legislativo Regional 21/83/A, que “Estabelece a Estrutura Orgânica Regional de Planeamento”, do seguinte teor:

“Em resposta ao ofício de V. Ex<sup>a</sup> com o nº 772 de 92.04.29, sobre o assunto em epígrafe, encarrega-me S. Ex<sup>a</sup> o Secretário Regional das Finanças e Planeamento de comunicar o seguinte:

O processo de elaboração de um plano quadrienal, sendo complexo e longo envolve numerosos intervenientes tanto na área técnica como na política. Esquemáticamente, há que considerar as seguintes fases, algumas das quais se desenvolvem em paralelo com a avaliação e afectação dos recursos financeiros e a elaboração do orçamento:

1 - Análise da situação presente e prospectiva;

2 - Definição de opções, orientações e objectivos;

3 - Contributos sectoriais; 4 - Compatibilização;

5 - Proposta do Plano; 6 - Consultas, debate, apreciação parlamentar.

Ao longo do processo, cujo esquema é aparentemente muito simples, reúne-se um grande volume de informação, de natureza qualitativa e quantitativa, nomeadamente em resultado do preenchimento de questionários (de que se juntam modelos) e analisa-se toda a informação estatística disponível (publicada ou não, de âmbito regional e sub-regional). Embora esta informação estatística não seja objecto de compilação e publicação, é um dos elementos considerados nas numerosas discussões bilaterais e multilaterais mantidas ao longo do processo e de que resulta a definição de critérios, orientações e directivas a observar. Note-se que destas reuniões e contactos, que são informais, não são feitas actas ou documentos equivalentes.

Tendo em vista o PMP 1989-92 foram elaborados e publicados pela Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, através da Direcção Regional de Estudos e Planeamento, três trabalhos, um dos quais em colaboração com o Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, sobre a provável evolução demográfica e as implicações da mesma sobre as necessidades de criação de emprego, visto ser esta uma das preocupações subjacentes aos objectivos de desenvolvimento adoptados e sobre os resultados do Recenseamento Agrícola.

Em anexo remeto a V. Ex<sup>a</sup> exemplares dos documentos referidos.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, José Francisco Gonçalves Silva”.

(Os exemplares dos documentos acima referidos encontram-se arquivados no respectivo processo).

Secretário (Manuel Goulart): Resposta da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a um requerimento dos Srs. Deputados do PS, Fernando Fonte, Dionísio de Sousa e Ricardo Barros, sobre as obras de beneficiação no Porto de S. Mateus, que diz o seguinte:”

1 - As consultas para a empreitada de construção da lota de S. Mateus, no âmbito do concurso limitado lançado pelo Serviço Açoriano de Lotas, LOTAÇOR, EP, estão em curso, estando prevista a abertura das propostas na 1<sup>a</sup> semana de Junho e a adjudicação no final do mesmo mês. As obras deverão estar concluídas no final do ano. Entretanto foram já realizados, durante o ano em curso, diversos melhoramentos na lota existente. Em anexo seguem alguns desenhos do projecto, já que os processos completos do projecto disponíveis no momento estão em utilização para as candidaturas a financiamento comunitário no âmbito do Reg. (CEE) 4028/86.

2 - No Porto de S. Mateus foram já realizadas as seguintes obras:

1<sup>a</sup> Fase - Execução de obras marítimas (40m de cais acostável localizado na zona adjacente ao varadouro, terraplano, dragagem a - 2.00 mZH da bacia portuária). Com a realização deste projecto foram dispendidos cerca de 115.022 contos, dos quais 58.457 contos financiados no âmbito do FEDER. 2<sup>a</sup> fase - Construção dos armazéns de aprestos para os pescadores (25.877.011\$00), arranjo do entreposto e melhoramento das condições de fornecimento de água e combustível (4.918.597\$00).

3<sup>a</sup> fase - Construção de uma fábrica de gelo, que se integrará no edifício da lota (56.000.000\$00).

3 - Para este porto estão ainda previstos os seguintes melhoramentos (constam do processo de candidatura a financiamento comunitário, integrados no processo de construção da lota):

\* Pavimentação da zona envolvente do entreposto frigorífico.

\* Beneficiações no entreposto frigorífico.

\* Construção de um alpendre abrigo para a preparação do isco.

\* Construção de um abrigo para a execução de pequenas reparações e manutenção das embarcações.

\* Construção de uma escada para acesso directo das casas de aprestos ao cais.  
Com os melhores cumprimentos.  
O Chefe de Gabinete, Mário Lourenço”.

(Os desenhos em anexo, acima referidos, encontram-se arquivados no respectivo processo).

Secretário (Manuel Valadão): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado Paulo Valadão, oriunda da Secretaria Geral da Presidência do Governo, sobre a saturação da rede telefónica na Ilha das Flores. O Sr. Presidente do Governo remete fotocópia duma carta da Direcção de Coordenação dos Açores dos Correios e Telecomunicações de Portugal, que diz o seguinte:

“1 - Na Ilha das Flores existem 259 pedidos de telefone, sendo grande parte do concelho de Lajes das Flores;

2 - Exactamente, por isso, foi incluído em plano do corrente ano a construção de edifício para instalação da nova Estação Telefónica Automática, cuja adjudicação da obra foi agora decidida, prevendo-se a sua conclusão em fins de Agosto próximo.

3 - Por outro lado já em Junho vai iniciar-se a ampliação da rede telefónica do mesmo concelho e em Setembro projecta-se instalar o novo equipamento da Central Telefónica.

4 - Se tudo correr com a normalidade desejada, espera-se que no final do ano corrente, estejam satisfeitos e instalados não só os pedidos existentes de telefones mas ainda as novas requisições que entretanto possam surgir,

5 - Em relação ao concelho de Santa Cruz das Flores, não é possível satisfazer dentro do corrente ano, mas sim no 1º trimestre de 1993.

Com os melhores cumprimentos.

O Director Coordenador dos CTT dos Açores, Manuel Maurício de Chaves”.

Secretário (Manuel Goulart): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado António Gomes sobre o Porto de Pesca da Fajã dos Vimes em S. Jorge, que vem da Presidência do Governo e diz o seguinte:

“Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado António das Neves Lopes Gomes, que deu entrada nessa Assembleia com o nº 2072, de 88.12.14, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de comunicar a V. Exª que não está prevista no PMP 1989/92, a construção de nenhuma obra marítima na Fajã dos Vimes. Não obstante, está a ser estudada uma solução técnica viável nos dois locais de implantação possíveis, que fica em carteira para futuros planos.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes”.

Secretário (Manuel Valadão): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, oriunda da Secretaria Regional da Economia, sobre a rede de distribuição de energia eléctrica junto ao retransmissor da RTP-Açores, na Serra do Cume, Ilha Terceira, que diz o seguinte:

“Relativamente ao requerimento nº 910, apresentado na Assembleia Legislativa Regional pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, encarrega-me S. Exª o Secretário Regional da Economia de informar V. Exª que até à presente data nem a RTP nem a Teledifusora de Portugal (TDP), SA, solicitaram à EDA, EP, a linha de média tensão nem instalaram o necessário posto de transformação, para alimentação do retransmissor da Serra do Cume.

Informa-se ainda que a linha que se encontra a 1 km de distância é uma linha de transporte a 30 kv. O abastecimento de energia eléctrica à Serra do Cume deverá ser feito a partir de outra linha que se encontra a 3 km.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, João José Branco Cordeiro de Medeiros”.

Secretário (Manuel Goulart): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado Renato Moura, sobre a cobertura radiofónica, e vem da Presidência do Governo:

“Encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de comunicar a V. Exª que por informação do Exmº Subsecretário Regional da Comunicação Social, a Região dispendeu para cobertura radiofónica

nos anos de 89, 90 e 91, 41.362,4 contos para projectos de feixes, micro-cobertura e securização das redes de emissão e de energia.

Mais informa ainda que as ilhas do grupo Ocidental Flores e Corvo - estão cobertas pela programação normal da RDP-Açores e respectivos desdobramentos, através de três emissores AM e FM, ambos localizados no Monte das Cruzes e FM no Morro Alto. Quanto à ampliação da rede de emissão - microcobertura, na zona da Rocha do Touro, Ilha das Flores, está prevista a montagem de um emissor FM que melhorará a cobertura do concelho das Lajes.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes”.

Secretário (Manuel Valadão): Resposta a um requerimento dos Srs. Deputados do PSD Artur Martins e Jorge Cabral, da Secretaria Geral da Presidência do Governo, em que o Sr, Presidente do Governo remete um ofício do Delegado da TAP em Ponta Delgada sobre o assunto, que é do seguinte teor:

“A TAP AIR PORTUGAL iniciou os serviços Açores-Canadá no Verão de 1971 depois da CANADIAN PACIFIC se ter retirado da linha no Inverno imediatamente anterior.

A partir desta data e até ao último ano de operação (1988) nunca o tráfego atingiu volume considerável, mantendo-se sempre muito abaixo da rota Lisboa-Canadá, e caracterizando-se por uma grande sazonalidade, podendo os cinco meses mais fortes do ano atingirem 75% do total anual.

Em 1987, com o início da operação em Toronto e a abertura do aeroporto de Ponta Delgada aos aviões de Longo Curso, notou-se um aumento significativo de tráfego, cuja receita média todavia, já tradicionalmente muito baixa, ainda sofreu nova deterioração, não tendo os custos unitários descido na mesma proporção, o que fez com que os prejuízos das linhas se elevassem ainda mais.

É bem conhecido que as ligações para o Canadá (directas ou via Açores) têm sido cronicamente deficitárias, tendo a CANADIAN PACIFIC abandonado a linha em Outubro de 1988 para ser substituída pela AIR CANADÁ, que após dois anos também se retirou.

Em 1988, a TAP AIR PORTUGAL, face ao avultado prejuízo do ano anterior e à obrigatoriedade de utilizar os aviões L15 de capacidade muito superior (250 lugares contra 168 dos B707, que devido ao ruído deixaram de poder operar na América do Norte), teve necessariamente que concentrar as linhas via Açores apenas numa rota (LIS/TER/YYZ). Naturalmente que o tráfego sofreu uma quebra acentuada, à qual também não foi alheio o notável crescimento dos voos Charter para Ponta Delgada.

Porém, o deficit voltou a ter elevada expressão apesar do Coeficiente de Ocupação ter subido.

Tornava-se portanto insustentável manter a operação, e assim foi decidido o seu cancelamento. Deve ter-se presente que o tráfego de tipo regular sempre se mostrou escasso e é sempre possível encaminhá-lo via E.U.A. visto a TAP continuar a servir Boston via Terceira e Ponta Delgada.

Penso que a argumentação exposta responde directamente às duas primeiras perguntas postas no citado requerimento e indirectamente à terceira.

Fico ao dispôr de V. Ex<sup>a</sup> para qualquer esclarecimento adicional que seja ainda julgado necessário.

Com os melhores cumprimentos.

O Delegado da TAP, (As. ilegível).

- Deu entrada um requerimento apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que promova um estudo de revitalização do aeroporto de Santa Maria.

- Deu ainda entrada, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, oriunda da Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas, relativa aos loteamentos urbanos e que recebeu como despacho, baixar à Comissão de Assuntos Sociais para parecer.

Presidente: Srs. Deputados, terminada a leitura do expediente entrado na Mesa, passaríamos ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Para o efeito, darei a palavra ao Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O IV Governo Regional dos Açores, no seu Plano Médio Prazo, discutido e aprovado nesta Câmara, apostou no Turismo como área prioritária para o desenvolvimento económico da Região, pelo seu efeito multiplicador que tem para a economia, sendo responsável directo, pela criação de inúmeros

postos de trabalho e aumento do mercado interno, criando riqueza e no nosso caso, contribuindo em muito para o consumo local de produtos regionais, que mercê duma conjuntura internacional enfrentam dificuldades de colocação no exterior, como são os lacticínios e a carne.

A aposta tem dado os seus frutos, tanto em termos de investimento em unidades hoteleiras, como no constante aumento da procura dos Açores como destino turístico.

A geografia da nossa Região, nove ilhas, cada uma com as suas belezas naturais, complementando-se umas às outras, propícia um Turismo cada vez mais procurado nos circuitos nacionais e internacionais. Aparte o turismo da natureza, a existência de algumas praias na Região satisfazem os turistas que além da natureza exigem o sol e a praia, embora as nossas condições climatéricas tornem o Verão muito curto, causa directa da conhecida sazonalidade.

A Região dos Açores não é rica em quantidade e qualidade de praias, com a chamada areia branca, havendo, no entanto algumas ilhas que foram bafejadas com a sorte de terem belíssimas praias enquadradas por baías de excepcional beleza, contribuindo para uma grande procura dos residentes, bem como dos turistas que nos visitam.

Aparte, este facto, tais locais despertam a atenção e interesse aos investidores que vêm neles um complemento importante ao turismo vocacionado para a natureza.

É fácil verificar a importância económica que tais praias têm e terão no futuro desenvolvimento turístico das ilhas que delas dispõem. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acontece, porém, que o surto de construção civil, por um lado dos particulares, por outro dos empreendimentos públicos de grande envergadura, necessitam de inertes finos para a fabricação de betão, o que resulta numa grande exploração daquele que está mais disponível, acessível e de custos baixos de extracção - a areia das praias - recurso natural que não é inesgotável e cuja renovação se processa por métodos lentos, pressão, que contribui para o seu acentuado desaparecimento com elevados custos futuros, no equilíbrio ecológico e ambiental das nossas praias e prejuízos económicos incalculáveis para a Região em geral, mas principalmente para as ilhas que dispõem de praias de boa qualidade, em termos de areia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha de Santa Maria tem duas excelentes praias - a de S. Lourenço e a da Praia Formosa - das quais é extraída toda a areia para a construção civil e em menor quantidade para a agricultura.

Enquanto as praias de S. Lourenço são muito menos utilizadas para a extracção, uma vez que a própria natureza se encarregou de defendê-las através de barreiras naturais que dificultam o acesso impossibilitando a mecanização, o mesmo não acontece ao caso da Praia Formosa que desde sempre forneceu toda a areia para a construção civil.

Todavia a situação é preocupante visto que a extracção subiu em flecha nos últimos 5 anos. Assim,

1988 - 3.266m<sup>3</sup>

1989 - 2.459m<sup>3</sup>

1990 - 2.180m<sup>3</sup>

1991 - 3.282m<sup>3</sup>

1992 (até 12 de Maio) 2.505m<sup>3</sup>

Pela análise simples dos números verifica-se um aumento da extracção que apenas em 4 meses do ano de 1992 já ultrapassou o volume extraído em todo o ano de 1989 e 90.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que não se pode exigir de imediato a suspensão da extracção de areia porque a construção civil sofreria um colapso total por não ter alternativas de momento na ilha e o efeito económico e social de tal suspensão seria desastroso. Devendo-se, no entanto, tomar desde já medidas cautelares no sentido de ser reduzida a sua extracção.

Uma delas seria a proibição de stocks em terra de areia extraída da praia, a qual por ser muito leve, é desperdiçada pela acção do vento e da chuva, na ordem dos 20% a 30%. Tal medida iria contribuir para uma melhor racionalização da areia reduzindo em termos reais a sua extracção.

Como medida, a curto prazo, para reduzir a extracção, deverá ser de imediato estudado um processo industrial de fabrico de finos a partir da pedra, ou a continuar a exploração nos moldes actuais,

encaminhamo-nos para o esgotamento de um recurso natural, com efeitos altamente negativos em termos ambientais e económicos, uma vez que para o turismo e investidores a manutenção dos areais representa um valor acrescentado de importância capital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para uma resposta rápida ao problema, no caderno de encargos do concurso a realizar este ano para a consolidação do porto de Vila do Porto, deveria exigir-se a inclusão de maquinaria vocacionada para a produção de areia e isto por duas ordens de razão - a primeira será evitar que a empresa venha também a utilizar a areia da praia para o fabrico de betão a consumir na referida obra, o qual, pelo que está projectado indicia um grande volume, a segunda, será aproveitar e negociar com a empresa que após a obra estar concluída, deve permanecer na ilha o equipamento para no futuro fabricar toda a areia necessária para a construção civil local, se tal for tecnicamente possível, acabando assim com a exploração intensiva dos areais.

Para a sua exploração deve o Governo desenvolver esforços para encontrar na ilha empresários dispostos a investirem nesta área, sendo criados incentivos financeiros para o empreendimento porque o equipamento em causa envolverá verbas de valor significativo, não excluindo a criação de uma empresa mista de capitais públicos e privados, que poderia envolver o Governo ou a autarquia local.

Se é verdade que tal medida, vai obviamente, aumentar os custos de construção, estou no entanto ciente que em contrapartida, irá ser benéfico para as construções por ser um material mais seco, ao contrário da areia, cujo material com ela fabricado apresenta nas habitações graus elevados de humidade e salinidade que lentamente vão corroendo a estrutura do betão e rebocos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal decisão terá que passar pela conciliação de interesses, aparentemente, antagónicos dos diversos intervenientes no assunto, tendo-se principalmente em conta a defesa intransigente do nosso património natural e qualidade de vida que desejamos cada vez melhor, lutando, se tal for necessário, contra interesses puramente económicos que destruam um valor que deve ser defendido por todos com coragem e sem hesitações.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos para uma intervenção.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, é hoje mais do que nunca, uma preocupação da humanidade, tendo em conta o seu estado de degradação, para o qual tem contribuído o Homem numa procura desenfreada na obtenção do lucro fácil.

Na Região Autónoma dos Açores, a degradação do Ambiente, apesar das condições favoráveis de que dispomos, é neste momento uma realidade patente.

Resultante de um desenvolvimento descoordenado e da inexistência de uma verdadeira política de preservação do meio ambiente, os Açores estão a ser vítimas, com maior incidência nas ilhas mais desenvolvidas, de um processo de degradação ambiental progressivo e a vários níveis, que urge combater.

Os Açores têm vindo a sofrer atentados à natureza que vão desde a poluição da nossa orla marítima, à proliferação de lixeiras que surgem de uma forma arbitrária, sem que haja o devido tratamento e vigilância, o uso e abuso das nossas ribeiras para transporte de águas residuais sem prévio tratamento, a falta de protecção adequada às nascentes, bacias hídras, bacias de drenagem, até ao permanente atropelo à legislação de defesa do ambiente com maior incidência no que se refere à das reservas naturais.

Por outras palavras a inexistência de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, a inexistência de sistemas para o tratamento de águas residuais e o abandono quase total a que foram votadas as nossas reservas naturais são infelizmente uma realidade na Região.

A grandiosidade dos problemas resultantes das situações descritas se é por um lado complexo de resolução por outro exige, em nosso entender, o maior e melhor empenhamento por parte do Governo por forma a solucioná-los ou pelo menos minimizar os seus efeitos.

Na ausência de uma terapia adequada temos como resultado a proliferação de zonas degradantes da nossa paisagem, a contaminação de águas para consumo público, poluição das ribeiras e seus afluentes e por último as nossas lagoas, muitas das quais encontram-se, neste momento, em estado avançado de eutrofização, com particular incidência para as da Ilha de S. Miguel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Atentamos agora, numa análise mais pormenorizada, a esta última situação caracterizando sumariamente a situação de cada uma das lagoas de S. Miguel e enunciando em simultâneo algumas medidas preventivas e curativas.

Se me permitem, Srs. Deputados, e tendo em conta a gravidade e especificidade das situações a descrever, começaria por dar uma definição empírica do que se entende por eutrofização, e suas diversas fases.

Assim, eutrofização é o processo de alteração significativo das águas das lagoas, devido à excessiva quantidade de nutrientes, os quais provocam um aumento de produtividade de algas e outras plantas, que com os sucessivos ciclos de potrefacção acabam por transformar as lagoas em pântanos.

No entanto, e até que as lagoas passem do estado oligotrófico, ou seja o estado em que as águas se conservam em boa qualidade até à fase de eutrofia, passam pela mesotrofia, situação como podem depreender, intermédia, em que as águas já apresentam indícios de degradação.

Para os estados, supra citados, de mesotrofia e eutrofização, contribuem o desenvolvimento social e agro-industrial nas zonas envolventes às lagoas, a desfloração, a excessiva adubação das pastagens, o arrastamento de nutrientes pelas águas de drenagem, a rejeição de águas residuais domésticas e a passagem de gado junto às lagoas onde habitualmente bebem água ao mesmo tempo que defectam, são factores, entre outros, que contribuem para o incremento de eutrofização das lagoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na Ilha de S. Miguel, e já há alguns anos a esta parte, foram detectados com maior incidência na Lagoa das Furnas e Sete Cidades, vestígios de mesotrofização, para os quais foi o departamento governamental competente alertado.

Decorridos alguns anos, e após a conclusão dos estudos efectuados pelo “Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente” da Universidade Nova de Lisboa, onde são dadas indicações para o controlo e recuperação do estado das lagoas, que entretanto, passaram no caso da Lagoa das Furnas e de Sete Cidades do estado de mesotrofia para o estado acelerado de eutrofização.

Repito, o processo de eutrofização da Lagoa das Furnas e de Sete Cidades encontra-se neste momento numa fase bastante acelerada, sendo urgente a implementação das medidas que sugere o referido estudo da Universidade Nova de Lisboa, que visam o controlo e recuperação do estado em que se encontram as nossas lagoas.

Apenas, as lagoas da Ilha das Flores e a do Fogo em S. Miguel, encontram-se ainda no estado oligotrófico, sendo no entanto necessário tomar medidas preventivas de diversa natureza com vista à sua preservação.

Gostaria, ainda, de chamar a vossa atenção para a situação particular da “Caldeira de Santo Cristo” na Ilha de S. Jorge, tendo em conta a necessária e urgente intervenção do Governo naquela reserva natural.

Classificada como biotopo, pelas características únicas que caracterizam a “Caldeira de Santo Cristo”, é também sob o ponto de vista turístico uma zona por excelência para a prática do “surf” e o seu acesso a um dos melhores circuitos pedestres da Região.

A Caldeira de Santo Cristo tem vindo, desde há alguns anos a esta parte, a sofrer de uma diminuição contínua da sua área, estimando-se que nos últimos doze anos tenha sido reduzida a menos de metade, devido ao processo de assoreamento de que tem sido alvo.

Por outro lado e igualmente devido ao assoreamento verificado naquela área, o “Passo” - local por onde circula água para e do interior da lagoa, renovando e oxigenando a água aí existente - foi obstruído, pondo em risco todo aquele ecossistema.

É tendo em conta o acima exposto, que consideramos urgente e imprescindível a intervenção do Governo, que deverá proceder à diligências necessárias com vista ao transporte de uma máquina para aquele local, que procedendo ao desassoreamento da lagoa, restituindo-lhe a sua área natural e desobstrua o canal de comunicação daquela com o mar.

Consideramos ainda que se este Governo tiver vontade política de manter e de proteger esta reserva natural, que a criou, deverá desenvolver, já no próximo Verão as acções necessárias à sua preservação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que como contrapartida à preservação deste riquíssimo património natural, de valor inestimável, que são as lagoas açorianas, não há desenvolvimento económico que justifique a sua destruição.

O desequilíbrio ecológico provocado pela eutrofização das lagoas seria de tal forma catastrófico que põe em causa qualquer ambicionismo económico-financeiro.

Estou certo que nenhum de nós tem a pretensão de assistir à transformação das nossas lagoas em pântanos.

Penso ainda, que todo o esforço e investimento nesta área será efectuado em benefício de todos nós açorianos.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Ramos:

Segui com atenção a sua intervenção, com a qual estou de acordo na generalidade. Felicito-o por trazer cá este alerta, aliás a própria Comissão de Política Geral já o tinha feito, no seu relatório (ao abrigo do artigo 123º) na sequência da visita a S. Jorge.

Porém, quanto à Lagoas de Furnas e Sete Cidades, gostaria de prestar-lhe um rápido esclarecimento.

Recentemente, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas foi entrevistado sobre essa matéria (não sei se o Sr. Deputado viu). E gostaria de dizer aqui que o Governo está empenhado na resolução desse gravíssimo problema, na medida em que está a efectuar uma série de diligências no sentido de expropriar e garantir a segurança das áreas adjacentes a essas lagoas, por forma a evitar-se posterior e futuramente, a drenagem de materiais orgânicos para estas lagoas.

Era, portanto, para congratular-me com a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e para informar que o Governo não está desprovido de vontade política. Muito pelo contrário, até, porque trata-se de património regional e nacional que muito nos orgulha.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: O Sr. Deputado quer dizer alguma coisa?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, não!

O Orador: Muito obrigado.

Como eu ia dizendo, património que muito nos orgulha possuir aqui nas nossas ilhas.

Era só isto.

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira pede a palavra para dar um esclarecimento, creio?

Deputado António Silveira (PSD): Exactamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Ramos:

V. Ex<sup>a</sup> teceu algumas considerações com interesse, o ambiente está na moda e estamos próximos das comemorações do Dia Mundial do Ambiente. Por isso é importante trazer esse tema a esta Casa.

Penso que na área do ambiente também tem-se feito muito nesta Região. O Sr. Deputado faz parte duma Comissão que vai às Câmaras e aqui não está sequer em causa a cor dessas Câmaras, porque espero que algumas mudem de cor num futuro próximo.

Penso também que, presentemente, em termos de tratamento de lixos e procura de lixeiras - espero que esteja de acordo comigo - tem-se avançado muito nesta Região. De há uns anos a esta parte, até a própria sensibilidade das pessoas para as questões ambientais, é muito diferente da que era dantes.

Finalmente (e brincando), é facto que a Caldeira de Santo Cristo é uma zona natural de reconhecido valor e cuja preservação devemos ter em conta e estar alerta, mas tem graça que naqueles dias que passou na minha ilha aprendeu muito sobre aquela zona.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vejo que não fui só eu que aprendi e que estou sempre disponível para aprender em todas as visitas que faço na Região.

Verifiquei também que V. Ex<sup>a</sup> - em resultado da sua participação na reunião da Comissão em que estiveram presentes alguns elementos da APEC - fez ou endereçou à Secretaria Regional competente, alguns requerimentos sobre a situação da Caldeira de Santo Cristo.

Relativamente ao muito que se tem feito na Região sobre o ambiente, permita-me que discorde do que afirma. Ou seja, ao fim de 16 anos de Governo do PSD, só agora é que se começa a dar os primeiros passos quanto à construção de zonas para aterros sanitários e para tratamento de resíduos sólidos. O Governo tem-se limitado a criar as reservas naturais em legislação, para a sua preservação e nem sempre respeita essa legislação, como é o caso da Lagoa do Fogo e outras zonas.

Além disso, não cria os meios necessários, tais como, os corpos de vigilância que são precisos para a manutenção e preservação dessas zonas, que são extremamente importantes.

Portanto, não vejo que muito tenha sido feito nessa área, a não ser estudos e projectos de decretos legislativos que criam as reservas naturais mais importantes da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O fim da presente legislatura aproxima-se com rapidez e começa a ser tempo de se procederem a múltiplos balanços relativos às actividades parlamentares, governativas e à evolução da situação regional nos últimos 4 anos.

Dos balanços que se fizerem e das análises que deles resultarem terão que nascer as propostas, as ideias, as posições que os vários sectores políticos irão submeter ao eleitorado em Outubro próximo.

O veredicto popular e a conseqüente distribuição de lugares nesta Assembleia, irá determinar o tipo de solução governativa que o futuro parlamento terá a responsabilidade de viabilizar.

Para o PCP/Açores é de grande importância desde já, e neste lugar, registar algumas ideias conclusivas sobre a actividade deste Governo Regional perto do fim do seu mandato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nos finais do ano de 1988, quando esta Assembleia tomou posse e quando a então existente maioria absoluta do PSD aprovou o Programa do IV Governo, já se percebia, com clareza, que os problemas regionais eram muitos e muito grandes e que as políticas incluídas no programa governamental eram muito insuficientes.

No dia 15 de Dezembro de 1988, no encerramento do debate do Programa do Governo dizia, em nome do PCP que, e passo a citar, “um Governo que faz um Programa para não dar resposta às questões, não poderá vir a ser um bom Governo”.

Tal afirmação partia da ideia que defendemos no citado debate de que o Programa não estava adequado às realidades económicas e sociais e a vida veio demonstrar que se tal juízo era acertado este não podia ser senão um mau Governo.

A evolução política, económica e social específicas da Região nos últimos 4 anos deu-se de um modo tal que nada de essencial se clarificou.

No plano político o descontentamento cresceu; no plano financeiro a dívida não só aumentou, como nada se avançou na criação de um novo relacionamento financeiro com o Estado; no plano económico

a lavoura passou a uma situação de crise grave; a pesca defronta-se com problemas que podem pôr em causa o efeito económico do esforço de investimento incentivado e suportado em boa parte pelo orçamento regional; o turismo dá passos tão hesitantes quando estão por tratar problemas essenciais como os dos transportes e sua incidência nos custos da insularidade.

A economia regional vive de forma intensa a crise de perspectivas a que o PCP/Açores se refere desde 1985 e este Governo não mostrou capacidade política para a enfrentar.

Preso nas teias de um dogmatismo estreito muitas vezes associado a uma fortíssima falta de visão, o IV Governo Regional não só logrou obter suficiente capacidade de diálogo com o Governo da República com vista ao desbloqueamento de algumas questões essenciais, como demonstrou mesmo total incapacidade de protagonizar, em nome da Região, esse diálogo.

Na III Legislatura o anterior Governo do PSD içou a bandeira da adaptação do sistema fiscal, com grande número de declarações, por vezes conflituais, relatórios de comissões, etc.. Na IV Legislatura, como diz o nosso povo “meteu a viola no saco”.

No início desta Legislatura o Governo pôs na primeira fila da sua actividade a questão do relacionamento financeiro com o Estado. Hoje, não só nada conseguiu, como persiste mesmo em esconder a situação financeira gravíssima que por muitos meios se adivinha.

Hoje o Governo corre apressadamente para Bruxelas na ânsia de ver se consegue que até Agosto apareça alguma verba resultante de medidas previstas no POSEIMA, mas tal não o absolve dos anos que desperdiçou, desde 1985, quando assumia como tese central, não serem de esperar consequências negativas para a economia regional, da integração na CEE.

O que este Governo conseguiu bem foi semear a descrença, foi criar a imagem, infelizmente hoje crescente, de que o sistema autonómico não resolve as questões de fundo, foi contribuir para a fixação errada de ideias de que a política é um mal e que tem que ser praticada sem ética.

(Aparte inaudível do Deputado José Carlos Simas)

O Orador: O que este Governo conseguiu, com a sua inoperância, a sua monumentalidade protocolar, a sua fortíssima prática de desrespeito pelas competências da Assembleia, as suas megalomanias políticas, foi, em suma, dar lugar a uma situação de confusão negativa entre o sistema constitucional da autonomia e o poder conservador, elitista, fechado e não esclarecido, que é exercido.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Olha quem fala!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A caracterização não exaustiva mas rigorosa que acabo de esboçar é demonstrada no quotidiano político desta nossa Região.

O Jornal Oficial de 30/4/92 (1ª Série) traz publicada a Resolução nº 84/92 na qual o Governo resolve fixar a data de 31 de julho de 92 como data limite para o pagamento de despesas em conta do orçamento da Região para 1991.

Como fundamento para esta resolução, é dito (e cito) “que ainda não se encontraram todas as receitas da Região, designadamente, as provenientes de tratados e acordos internacionais, respeitantes ao ano económico findo”.

Esta Resolução só pode ser encarada como uma objectiva confirmação da completa incapacidade que este Governo demonstrou, e que atrás referi, em encaminhar num sentido certo a política financeira da Região Autónoma.

Não foram encontradas todas as receitas provenientes de tratados internacionais respeitantes a 91, diz o Governo, e então perguntamos nós, e às de 92 que é feito?

O Governo trouxe aqui a proposta de orçamento para 92 mas não quis, nessa ocasião, debater o grau de veracidade da receita prevista e isto porque tudo indica que este Governo encara o orçamento como um meio que tem que ser aprovado pela Assembleia para ele próprio Governo o executar como entender.

Este Governo precisa de 7 meses de 92 para pagar despesas de 91, é o que diz a resolução 84/92.  
E as despesas de 92? E as receitas de 92?  
É caso para perguntar ao Governo Regional, na linguagem corrente que todos entendemos:  
Qual é realmente o buraco financeiro da Região?

(Apartes inaudíveis do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: Por que é que o Governo não fala claro?

Em que medida é que foram respeitadas as oportuniíssimas decisões desta Assembleia no sentido de serem diminuídas as despesas supérfluas?

Face a estas questões o Governo faz que não ouve e prossegue, na sua teimosia, uma política totalmente errada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda teremos oportunidade de abordar outros aspectos das más políticas deste Governo, mas aquilo que hoje aqui referimos é por si suficiente para motivar conclusões políticas firmes.

Na nossa opinião, o PSD transformou o poder a que democraticamente acedeu em domínio que se sustenta de muitas atitudes anti-democráticas.

O PSD/Açores usou a maioria absoluta de que dispôs como um único instrumento de domínio usado de forma crescentemente lesiva dos interesses dos Açores e dos Açorianos.

Hoje, quando o descontentamento entrou nas suas fileiras, quando perdeu a maioria absoluta, vemos, não sem algum espanto, que o recente Congresso do PSD consagra teses de maior autoritarismo e reedita teses que são diluidoras do conceito de Autonomia constitucionalmente definido.

O PSD usou a maioria absoluta não para governar com estabilidade, mas sim para retirar à vida política toda a criatividade e participação própria de uma verdadeira Democracia.

No ponto em que estamos o caminho que melhor serve aos Açores passa por uma verdadeira cura de maiorias absolutas, pois só assim haverá possibilidade de através do diálogo, serem encontrados os equilíbrios sociais e económicos que o PSD quis encontrar.

Só do diálogo nascerá a estabilidade participada que precisamos com muita urgência.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): É para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o feito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão deverá ser considerada pelos órgãos de comunicação daí que contesta, sistematicamente, a política do Governo. É, na íntegra, uma intervenção de contradição.

Ele inicia a sua intervenção dizendo que o programa do Governo é pobre. Depois, no final da mesma, fala na megalomania do Governo.

Por outro lado, contesta porque houve grandes medidas que não foram contempladas neste programa. Se calhar estava à espera que o programa do Governo - que tem a maioria desta Região - contemplasse as vossas propostas eleitorais, as propostas do Partido Comunista, que foram rejeitadas pela população. Não era possível, Sr. Deputado, porque nós temos as nossas.

Além disso, como é que nós podemos aceitar as vossas propostas, se o comunismo tem sido rejeitado em todo o Mundo?!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se ninguém quer o comunismo, nós é que iríamos adaptar na Região o modelo do comunismo?

Do Partido Comunista já se foi... o martelo... a foice e qualquer dia vai a hortênsia. E a sua intervenção só serviu para moralizar a bancada do Partido Socialista.

(Risos das bancadas do PSD e PS)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

Deputado Victor Evaristo (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O meu protesto vai no sentido de uma vez mais - e infelizmente - nesta Casa, alguns Deputados usarem de uma linguagem que eu considero - e qualquer cidadão comum considerará - manifestamente excessiva, tendo em atenção que se referem a órgãos de Governo próprio da Região.

O Sr. Deputado Paulo Valadão, referindo-se ao Governo da Região, disse “estes aqui que cá não estão”, e quer o Sr. Deputado queira quer não, “estes aqui” ainda são o Governo da Região até às eleições de Outubro.

São ainda e penso que serão.

Deputado Albano Pimentel (PS): Não serão!

O Orador: Isso conversaremos depois.

Mas o meu protesto não vai no sentido daquilo que o Sr. pretende para o destino político da Região, porque em termos de destino político desta Região, não é ninguém para decidir nada.

O problema é outro, Sr. Deputado, ou seja, é o respeito que deve haver pelos órgãos de soberania.

O Sr., como órgão de soberania ou como titular dum órgão colegial que é esta Assembleia, não gostaria que o tratassem assim.

Era só isto que eu gostaria de deixar como reparo. Nós podemos não estar de acordo com as pessoas, podemos contrapor ideias, podemos discordar da maneira mais veemente, podemos até ter os pensamentos menos próprios. O que me parece, Sr. Deputado, é que o lugar que ocupamos aqui, nesta Casa, eleitos pela Região, pelo povo dos Açores, merece um pouco mais de respeito. Porque se não o respeitarmos, nem a nós próprios bem como os órgãos que representamos, não podemos ter a veleidade, nem pensar que os outros nos respeitam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. No entanto, dispõe apenas de 1 minuto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu aceito a intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, apelando ao respeito que nós devemos ter. E é nesse sentido que eu há pouco afirmei que aquele Governo Regional deveria estar aqui perante nós, exactamente para poder dialogar connosco sobre os grandes problemas que se colocam hoje à Região. E, infelizmente, o que vimos ontem e o que vimos hoje é a ausência. Ausência que nestes quatro anos desta IV legislatura, tem caracterizado o Governo da Região.

Eu não digo aquele, porque o Sr. Deputado não gosta que eu use os pronomes possessivos para indicar o Governo. Tratemos então, nominalmente, o que entendemos perfeitamente.

Por outro lado, eu esperava - com a minha intervenção - que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e o outro Sr. Deputado que falou, tivessem respondido às perguntas que se punham em relação aos problemas financeiros que o próprio Governo Regional hoje admite, através da Resolução 84/92.

Infelizmente, os Srs. procuraram fugir às questões. Aliás, sobre esta matéria os Srs. Deputados intervenientes do PSD disseram... nada!

Efectivamente, os problemas que gostaríamos de trazer aqui para discutir com V. Exas. bem como com o Governo Regional, eram os problemas financeiros da Região.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Eu gostaria de dar-lhe a palavra, só que o Sr. Deputado Paulo Valadão já não dispõe de mais tempo.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu penso que ele não precisa de tempo para me responder. É só para me ouvir.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Então seja breve.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão: É apenas para dizer-lhe que o pronome “aquele” não é possessivo, mas sim demonstrativo.  
(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Albano Pimentel (PS): Isso é tudo uma intervenção?!

Deputado Gaspar da Silva (PSD): É o relatório de contas da papelaria “Solmar”!

(Risos das bancadas do PSD e PS)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece-me importante abordar aqui, algo que se prende com o momento final desta IV legislatura, tão rica na edição de “flashes” momentâneos e tão pobre em questões essenciais do fenómeno político que não pode estar dissociada da nossa vida democrática.

De tudo um pouco se tem passado quer perante o universo que nos rodeia em termos externos, quer no País e Região que somos.

Para além daqueles que detêm a perspicácia do dia a dia para a observação de tais questões, também, nós parlamentares, detentores de maiores responsabilidades neste campo, não podemos deixar de estar atentos ao que fizemos num trajecto de 4 anos, para outros próximos continuarem o futuro ou melhor, perceberem os anseios do nosso povo.

Parece importante destacar uma série de acontecimentos no contexto externo que, de alguma forma, estão estabelecendo uma nova ordem para aqueles que anseiam por fazer parte do mundo democrático. Ordem essa que, apesar de tudo, tendo começado por ter acabado com a escravatura dos princípios humanos na liberdade de ser e pensar a condição do próprio ser humano, apesar de algumas questões que ainda estão por resolver, porque antigos senhores de privilégios de cariz totalitário não querem ainda abdicar do poder de subjugação da condição humana, não temos dúvidas que a verdade vingará, e com ela a democracia imperará para esses seres humanos que viviam debaixo de tudo aquilo que outros lhes imponham, em nome duma falsa liberdade.

Também noutra contexto exterior, neste caso, do mundo ocidental e democrático, perante o fim da guerra fria e perante essa nova abertura económica e social, num novo quadro europeu, tudo se está transformando a uma rapidez surpreendente, o que não deixa de afectar o fenómeno político e todos aqueles que nele estão envolvidos, quer os da linha directa quer aqueles de uma linha subsequente e situada na confiança que elegeu os primeiros.

De todo o referido, parece-me importante uma reflexão para a classe política de primeira linha, para que não passemos à situação de querer emanar ideias e princípios, que estejam desfazados de práticas realistas para quem necessita que consigamos dar mais de nós próprios.

No espaço nacional, pode-se reconhecer o êxito que o País tem vindo a atravessar nos últimos anos, devido a quem, em termos de força colectiva e individual, soube perceber aquilo que em primeiro lugar o nosso Povo desejava e também o País, de um modo geral.

Houve assim que respeitar em primeiro lugar o sentimento humano e do País no seu todo, para que dum modo geral a nossa sociedade sentisse uma necessidade crescente de não voltar atrás e de não voltar aos períodos tristes da instabilidade.

Muito disso, deve-se sobretudo ao Partido Social Democrata, que sob a mão duma liderança forte e personalizada, conseguindo dar conteúdo aos anseios do Povo Português, por outro lado conseguiu também congrega personagens que não obstante militarem em forças partidárias opostas, pela formação e perfil democrático que possuíam, foram guindadas para outros cargos da magistratura nacional.

Parece importante daqui deduzir-se que apesar de tudo, o País tem encontrado o rumo certo, embora com algumas questões ainda pendentes, aliás normais num percurso desta natureza e estamos em condições de não nos sentirmos envergonhados do nosso sentir nacional, perante outros parceiros do espaço europeu em que nos inserimos, sobretudo quando temos vivido nos últimos meses a situação de presidir à acção e destinos duma Europa Comunitária, perante tantos problemas que também ainda existem na mesma.

Europa essa, que em toda a envolvente da nossa adesão, tem destacado o debate político, aliás enriquecendo-o, sobretudo entre as forças políticas que vivem o progresso e não o retrocesso do colectivismo totalitário; Europa essa que de alguma forma, no seu processo de abrangência aos seus parceiros mais atrasados, tem surtido nestes e regiões mais atrasadas destes um surto de desenvolvimento sem paralelo e com êxito, não existissem nestes, forças políticas, consentâneas com os princípios essenciais que as populações mais desejam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa pequena Região insular como a nossa, qual a melhor análise que se pode fazer deste fenómeno político evolutivo, quer em termos externos, quer em termos internos?

Cingindo-me à amplitude nacional, a maioria do nosso povo não tem dúvidas daquilo que o Partido Social Democrata tem na sua essência programática e que encontra eco na alma portuguesa.

Também no plano regional, o mesmo se passa, não fosse o Partido Social Democrata, que melhor tem sabido dar conteúdo àquilo que os Açorianos almejam, quando estes depositam o seu voto nas urnas.

Temos sido o partido que sempre mereceu a confiança dos Açorianos e que sempre correspondeu àquilo que estes desejam.

Temos sido o partido que mais substância política tem possuído, para encontrar formas de materializar os desejos do povo Açoriano.

É por isso que temos sido um partido de poder e com vocação para o poder, mas também com vocação para adaptar o poder aos novos sentimentos evolutivos.

Não temos sido, é um partido com desejos desenfreados de poder, como alguns outros que vendem a sua alma pelo poder.

Vozes do PSD : Muito bem! Muito bem!

O Orador: Referi no início desta intervenção, a riqueza desta IV Legislatura em “flashes” políticos momentâneos, e pobreza na essência do fenómeno político perceptível para o nosso Povo.

Povo esse, tantas vezes desrespeitado, quando depositou o seu voto nalguns, respeitando os seus princípios programáticos de encontro aos seus desejos, e por outro lado depois ter sido enganado por aqueles que tudo empenham, tudo vendem, tudo hipotecam, a troco duma cadeira temporária do poder.

Por tais razões, parece-me assim importante destacar no final desta IV Legislatura, quão pobre foram “alguns”, em não saber dar riqueza ao espaço dos debates políticos aqui ocorridos; em suma: em não corresponder ao real sentido do teor da política.

É ver assim, em termos de retrospectiva geral o que tem sido o cenário desta Câmara, perante a postura política de algumas forças e de algumas personalidades políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para os líderes, do que quer que seja, neste caso duma força política, as organizações deveriam evitar gerentes de mais e líderes de menos, mais capacidade em liderança, o suficiente, para não somente perceberem o fenómeno político mas também o sentimento do povo.

Evitar gerentes de mais, porque um partido político não é uma mercearia ou empresa com objectivos essenciais de lucros nos votos.

Evitar líderes de menos porque querendo-se ser líder sem saber acompanhar o barco, ou querendo-se ser líder duvidando-se da própria capacidade em sê-lo e sem capacidade para se evitar as cascas de banana dos amigos da onça, esses “líderes de menos” se não são capazes de liderar uma força política, muito menos serão capazes de conduzir os destinos dum povo.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por outro lado, uma capacidade em liderança política, não se medindo somente por aquilo que se consegue liderar quer em força, quer em essência política, antes porém destaca-se, pela percepção evolutiva do fenómeno político e de quem gravita à sua volta, “o seu povo”, porque as tarefas de rotina, impedem o trabalho não rotineiro.

Se o fenómeno político e a capacidade de liderá-lo não podem ser rotineiros, isto significa também que a liderança política, deve ter olhos grandes para o futuro, capacidade de evitar a mediocridade e sentido objectivo em relação ao futuro.

É por isso que um líder político deve tentar fazer as coisas certas e um administrador deve fazer as coisas correctamente, existindo aqui grandes diferenças como bem se entende.

Um líder político, não deve saber empurrar as dificuldades para outros, mesmo que esses outros tenham por rosto somente uma aparência desprovida de alma política.

Mesmo que esses outros, com a aprendizagem deficiente que fizeram da democracia, demonstrem capacidade momentânea para superar a rotina, mas incapacidade permanente para superar as dificuldades que um projecto necessita para ser implementado.

Arcar com responsabilidades e suas consequências é próprio de quem lidera com objectivos fixados e que sejam claros e exequíveis não só para quem faz parte duma organização política, como para que deposita a sua confiança na mesma.

Arcar com responsabilidades e suas consequências, neste caso políticas, é próprio de quem lidera e seja capaz de admitir erros, mas simultaneamente encorajando os parceiros do lado.

Em suma, a capacidade de liderança política e de um projecto político destaca-se essencialmente pela: capacidade de chamar a atenção; capacidade de comunicação; capacidade de transmissão de confiança; capacidade de auto-controle; e capacidade de acreditar-se em si próprio em termos de liderança. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A opção, sendo uma característica do ser humano, é sempre imposta pela liderança quando esta é comandada pela razão, saber e experiência.

O povo açoriano, dentro de alguns meses irá exercer a sua opção por quem irá continuar um projecto de desenvolvimento social e económico onde este povo se identifique.

Muito já começa a correr, muito já começa a ferver em termos do “desejar” mas, “pouco” em ideias/projecto.

Parece que muitos esquecem, que está em jogo um projecto, que se identifica como o sentimento do povo açoriano e encontra eco na autonomia.

Tal sentimento que encontra expressão na liberdade, razão e saber, ao que parece, não está a ser tomado em linha de conta por alguns, que julgam que uma simples “cabeça de cartaz de rotina” podendo ser um meio para alcançar o poder, nunca servirá para consubstanciar um projecto em relação ao sentimento popular.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Até parece que um processo desta natureza, poderá ser decidido por aqueles que não sabem optar, e se “deixam ir” num simples cartão de visita com o rótulo de independentes, ou outra coisa qualquer.

Citando alguém que já disse: “que os independentes sendo gente de muita crítica e pouca coragem para deixarem de ser independentes, sempre com o veneno na ponta da língua e o medo na ponta dos pés, com soluções para tudo, receitas para todos os gostos e paladares, querendo estar de bem com Deus e com o Diabo, encolerizando-se uns aos outros, falam, falam e nunca fizeram obra que se visse”; parece-me importante daqui deduzir a importância que alguns estão a dar à sua própria descaracterização e à essência política, que é a sua principal razão de ser e a de um partido político que tenha um projecto credível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se a verdade e a mentira têm caminhos diferentes, com a primeira começando difícil e acabando fácil e a segunda começando fácil e terminando de uma forma difícil, esperamos e aguardamos, que a verdade a ser expressa naquilo que é o saber do Povo dos Açores, não inicie um processo de alguns partidos mais incapazes que os seus próprios líderes.

É por isso que, se existem líderes incapazes de continuar partidos capazes, é mais fácil mudar tais lideranças, do que optar por pseudo-lideranças esvaziadoras de conteúdo ideológico.

Hoje, nada está como há meia dúzia de anos atrás em termos políticos.

Se hoje, alguns pretendem fazer crer que os conteúdos ideológicos já não fazem sentido, “outros alguns”, são culpados desse fazer crer, quando vendem os seus princípios por um prato de lentilhas do poder.

Mas hoje, existe algo que alguns não se estão apercebendo: é que o povo desta Região que todos desejamos melhor no futuro, já distingue o que quer daquilo que não quer e sobretudo distingue que a verdade é clara como a água e que é através do exagero de alguns, que se consegue chegar mais perto dessa verdade.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para pedir um esclarecimento, segundo creio.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Gaspar da Silva:

Ouvi com a minha habitual paciência a quantidade de disparates que o Sr. disse, todos seguidos e sem gaguejar. Não vou mencioná-los, porque foram “tantos e tão bons” que não é possível comentá-los neste momento.

Desejava apenas perguntar-lhe se a sua preocupação, em relação aos “casamentos” da oposição, não é excessiva, quando o Sr. devia preocupar-se com os “divórcios” que estão à vista no seu partido?

O Sr. Deputado fez uma intervenção extremamente longa, no fundo, para tentar fazer história, fazer política, esquecendo-se de si próprio.

Não se preocupe tanto connosco e espere por Outubro. E preocupe-se com o divórcio sistemático, de alguns dos seus companheiros de viagem e deixe-nos resolver os nossos problemas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para prestar um esclarecimento.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É claro que eu não vou responder ao que o Sr. Deputado Albano Pimentel (não) perguntou.

Ouvi falar de casamento, divórcios. Não sei onde é que ele vê isso, se é na sua casa, se é no seu partido. Não sei a que é que ele se refere em termos de terceiras vias. Eu limitei-me a fazer uma intervenção de cariz político. O Sr. com a sua profundidade de pensamento e anedótica - como já é habitual - acabou por colocar uma série de questões que não sei como e nem o que é que quer que lhe responda.

Efectivamente, não tenho nada para responder-lhe e lamento que não tenha colocado outras questões mais importantes e relacionadas com o âmbito da minha intervenção

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Sr. Deputado Gaspar da Silva:

É apenas para fazer um registo na parte que nos diz respeito, ou seja, para reiterar, ao contrário do que o PSD aqui fez por seu intermédio, a disponibilidade que o Partido Socialista tem, sempre teve, de acolher e potenciar a participação de pessoas, de quadros, de técnicos, de personalidades, de formas de sentir na sociedade açoriana, que não estão associadas aos partidos políticos. A contribuição de toda essa gente, de todos esses fenómenos locais ou regionais, que são protagonizáveis por pessoas que não têm filiação partidária, é uma contribuição indispensável em democracia, legítima de se fazer valer em democracia, porque a forma de participação num regime democrático não é uma forma exclusivamente protagonizável pelos partidos políticos.

É através das associações de vária índole, desde sindicais e recreativas, a culturais; é através da participação individual dos cidadãos; através de múltiplas formas em que essa participação não só é possível como é, sobretudo, desejável.

A concepção do Sr. Deputado é que é manifestamente diversa. V. Ex<sup>a</sup> já faz parte duma coisa que não é um partido político. É um clube de interesses. E por isso mesmo, V. Ex<sup>a</sup> não consegue pensar que alguém pode participar ou estar na política, sem estar associado a esse “clube restrito de interesses” de que o seu partido é o principal representante na Região.

Gostei muito duma parte da sua intervenção, isto é, pareceu-me a parte que copiou do gabinete de estudos da UGT.

Não gostei, francamente, da outra.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para prestar esclarecimentos.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Congratulo-me com o “registo” do Sr. Deputado Carlos César, porque já tem mais algum conteúdo se compararmos com aquele que foi feito pelo seu camarada.

Gostaria, também, de fazer um registo ao do Sr. Deputado, nomeadamente sobre os aspectos que referiu da disponibilidade das pessoas que nada tenham a ver com partidos. Aliás, registo isso, pois o PSD já há muito fez isso e então, os Srs. criticavam-nos. De modo que registo que o PS leva tempo, mas acaba por aprender mais alguma coisa. Há-de aprender ainda pois tem muitos anos à sua frente para isso.

Não estamos contra as vossas estratégias. Elas estão à vista de todos, são como as ondas, como o camaleão, mudam de cor, um dia são uma coisa e noutra são outra, mas as pessoas estão a ver. O espectáculo que vai na praça é suficientemente elucidativo e há-de sê-lo mais ainda. Por conseguinte, não temos nada contra as vossas estratégias.

Na realidade, os Srs. é que “enfiaram a carapuça”, porque há mais gente - como os Srs. - que são agora seguidores dessa estratégia. Não se sabe é quem é que comanda, se são os Srs. ou esses outros, mas enfim, tudo se verá.

Quanto ao resto e para terminar, gostaria de dizer-lhe o quanto me congratulo quando refere o gabinete de estudos da UGT...

Deputado Carlos César (PS): Tem sido sempre assim!

O Orador: ... é porque, efectivamente, o Sr. já começa a aprender alguma coisa. Pensa que aprendeu tudo na política. Começou nela muito cedo, mas talvez tivesse aprendido algo mais, se tivesse começado um pouco pelo sindicalismo, em vez de ser um indiferenciado da política, como já aqui disse há muito.

De modo que todas as vezes que o Sr. refere isso, eu congratulo-me. Há coisas que talvez o incomodem. Talvez gostasse que o sindicalista da UGT fosse do Partido Socialista, enfim é uma sede incontrolável de ter tudo na sua mão.

Gostaria ainda de dizer que estou à vossa disposição se quiserem tratar de outras questões de âmbito sindical.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu protesto pelo facto de o Sr. Deputado Carlos César ter-se referido ao Partido Social Democrata como sendo quase uma associação ou um grupo de representantes de interesses.

Nós rejeitamos e não admitimos isso porque o PSD tem dado provas, no seu dia a dia, da sua postura e na sua forma de actuar. E o que é que credibiliza uma instituição, neste caso, o PS ou o PSD?

É a sua forma de actuar!

São as atitudes públicas deste partido e dos seus dirigentes! E aqui poder-se-ia ver qual tem sido a postura do Sr. Deputado Carlos César e do Sr. Deputado Martins Goulart. A tal liderança que é sempre possível, sem se saber qual deles é que vai na frente.

É o único partido nesta Região, ou neste País, que nas sessões de encerramento fala o Presidente e o Vice-Presidente: Nem sequer no vosso partido a nível nacional. Quando Guterres encerra, não fala o vice-presidente.

Aqui há pouco tempo, como vimos, o Sr. Deputado Carlos César encerra e o Sr. Deputado Martins Goulart... faz a fechadura ou outra coisa qualquer, logo a seguir.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Esta é a postura do Partido Socialista no seu dia a dia. É esta a leitura que tem que ser feita.

Deputado Carlos César (PS): Essa é que é a sua preocupação!

O Orador: Oh Sr. Deputado Carlos César, aquilo que o meu colega de bancada disse é verdade.

O PSD tem tido independentes, pessoas de várias áreas, sindicalistas, mas trá-los para aqui e coloca-os ali no Governo.

O que é que os Srs. fazem?!

Vamos lá a analisar a lista do Partido Socialista por S. Miguel.

Qual é o lugar do Sr. Deputado Albano Pimentel na lista? Quantos estão à sua frente?! Quer que lhe diga?

Está a Dr<sup>a</sup> Luisa Noronha. Está o Sr. Eng<sup>o</sup> Aníbal Raposo... e outros.

Porquê?

Os Srs. usam os independentes como cabeças de cartaz!

Esta é a prova do tratamento que os Srs. dão aos independentes para chamar a atenção. É a grande diferença entre o PSD e o PS. Ou seja, nós usamos esses independentes para desintegrar, para eles trabalharem connosco, para trazerem novas ideias. E os Srs. usam esses independentes para cabeças de cartaz para tentarem arranjar votos.

Esta é a prova de que quanto à lista de S. Miguel, vários dos Srs. Deputados estão aí sentados, porque esses senhores já tinham dito que não vinham para cá.

Portanto, os Srs. quando acusarem o Partido Social Democrata, pensem. Porque nós não queremos nada, nem o vosso reconhecimento. Esse já o temos conseguido no povo e vamos tentar e pedir novamente.

Nós queremos que os Srs. olhem para si. Queremos que a vossa oposição seja dignificada e que esteja à altura dum partido como o PSD, que já se encontra há 16 anos no poder.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura, que há pouco se inscreveu, queria informar que o PSD esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para prestar um esclarecimento.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que queria prestar é um pouco no sentido de recordar o Regimento e de recordar que este período que estamos utilizando é o de tratamento de assuntos de importância política relevante para a Região.

A intervenção do Sr. Deputado Rui Melo fez-me lembrar isto.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para um contraprotesto, creio.

Deputado Carlos César (PS): Efectivamente, Sr. Presidente, e é para dizer que por acaso - como costuma acontecer - não estou de acordo com o Sr. Deputado Renato Moura.

Eu acho que o Sr. Deputado Rui Melo pode não ter dito nada de interesse relevante para a Região, mas ele é uma coisa relevante para a Região, porque mostra o lado mau das coisas. E se a gente não conhecesse o Sr. Deputado Rui Melo, não podia apreciar as delícias que outros deputados nos favorecem e nos dão a conhecer. Por isso, eu só gostava de fazer uma observação sobre esta história dos independentes. Ou seja, não há dúvida de que o PSD tem dado uma grande contribuição à vida política regional através de independentes, tenho que reconhecê-lo, desde logo através do Sr. Deputado Renato Moura.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Efectivamente a contribuição do PSD é notável. Só que ele acolhe as pessoas para a política e para a participação nas empresas e nos outros sítios, por serem filiados no PSD e depois deixa-os, ainda, contribuírem sem ser por vontade própria na política e nas empresas, quando eles já saíram do PSD. É esta a grande contribuição em termos de independentes.

O Partido Socialista é ao contrário. O Sr. Deputado Dionísio de Sousa entrou para a Assembleia Regional, era então independente. Hoje é filiado no PS. A Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira também e tantos outros Deputados que se encontravam nessas mesmas situações. O que significa que o Partido Socialista é capaz de, desinteressadamente, trazer para a actividade política e para a contribuição do interesse público, personalidades sem filiação partidária e elas depois, se o entendem é que, eventualmente, passam a participar integrados no Partido Socialista.

O PSD tem este triste contributo, isto é, é que deixa só assim Deputados como o Sr. Deputado Renato Moura...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Que é para os Srs. aproveitarem!

O Orador: ...que fica também com grandes dificuldades de saber posicionar e tem razões para isso Além disso - já nem me lembrava - esta questão dos independentes é sobretudo pelo seguinte: é que eu estou convencidíssimo que o contributo que o PSD nos vai dar em matéria de participação de independentes na vida política, ainda não acabou. E... muitos mais virão, não digo pela mão ou pelo pé do PSD, mas muitos mais virão dar o seu contributo a esta instituição entre outras. E por isso - tenho que retirar o que disse há pouco - de facto a contribuição do PSD nessa matéria, é de grande relevo e de grande importância, à posteriori.

Também já ouvi dizer até que o Sr. Deputado Rui Melo também era independente.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Pronto, era só.

Isto teve o seu aparte e a sua brincadeira - Sr. Presidente - que era para não dar um tom excessivamente dramático a esta questão, mas não deixa de ser importante - e foi por isso que eu me levantei e falei - e de se sublinhar que a participação dos independentes, através dos veículos essenciais que são os partidos políticos, e associados a esses veículos essenciais da democracia, é uma participação fundamental, abrangente e que estimula os cidadãos a participarem na política mesmo que, para esse efeito, não tenham que ter uma filiação partidária.

A contribuição do PS tem sido notória nesse aspecto. Vai continuar a ser e vai continuar a ser ao mais alto nível da participação na vida política e na condução dos negócios públicos e não vai deixar de acontecer, só porque o PSD está aterrorizado por perder as próximas eleições.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: E faz discursos espantosos e sem sentido de qualidade nenhuma...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse pois já esgotou o seu tempo.

O Orador: ..sobre a descaracterização dum partido político que não o seu.

Que maior descaracterização não é e que maior frentismo não é um partido como o vosso, que vai desde os sectores separatistas para os próximos 200 anos do Sr. Deputado Jorge Cabral, até ao maior integracionismo protagonizado por alguns independentes que já o serão e que depois o serão.  
Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira. Entretanto, o Sr. Deputado Rui Melo pede-me a palavra, só que o PSD já esgotou o seu tempo.

A menos que apresente um requerimento, no sentido de se prolongar o período de antes da ordem do dia e aí os Srs. Deputados terão mais algum tempo para participar nestes debates. De contrário, não poderei dar a palavra a mais ninguém do PSD.

Neste momento tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira, que ainda dispõe de tempo para usar da mesma.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. deputados, Srs. Membros do Governo... ausentes, como tem vindo a suceder desde há tempos.

Estes, os vossos, os nossos por instituição, o que é certo é que estão ausentes e não deviam estar.

(Aparte inaudível do Deputado António Silveira)

A Oradora: Desde há muitas sessões que esta bancada está ausente.  
Suas Excelências não vêm e deveriam vir aqui.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

A Oradora: Estão aqui 40 Deputados, algum elemento do Governo teria tido a possibilidade de também estar presente.

Deveriam ouvir e discutir com os Deputados os problemas da Região. Não estão porque não querem, porque não lhes interessa!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Sr<sup>a</sup> Deputada, agradecia que fizesse a sua intervenção e que não entrássemos em diálogo com os Deputados, porque o Regimento não lho permite.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Deputada.

A Oradora: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (ausentes, como tem vindo a suceder desde há tempos):

Nestes tempos em que a tónica dominante dos discursos dos responsáveis do poder e das decisões das instâncias internacionais é colocada na defesa e salvaguarda da integridade do ser humano, tomando-se medidas e discutindo-se intenções para preservar o desenvolvimento adequado do Homem, vemo-nos confrontados, na nossa Região, com a perda de direitos adquiridos por algumas das crianças que mais merecem ser protegidas e estimuladas no seu desenvolvimento, de modo a poderem vir a ter uma vida mais digna e semelhante a todas as outras pessoas.

Essas crianças e jovens, esquecidos pelos deuses e muitas vezes desprezadas pelos homens, comumente apelidadas de deficientes, vêm-se, de novo, sujeitas à hipocrisia de governantes que apregoam melhorar a vida dos mais desprotegidos, mas que, na prática, os remetem aos ghetos e à reclusão. Porque, retirar a alguns os benefícios do apoio e da recuperação de que gozavam e impedir que outros, até agora não abrangidos por acções de reabilitação, possam vir a usufruir dos benefícios que a sociedade lhes deve, é uma atitude inqualificável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao reduzir-se o número de profissionais da educação especial, como foi anunciado pela Secretaria Regional da Educação e Cultura e já aqui referido ontem pelo meu camarada Francisco Sousa, para colmatar lugares existentes no ensino regular, esta medida revela, com toda a clareza, a péssima política de educação que os sucessivos governos regionais PSD têm empreendido, apesar de constantemente alertados pelos deputados socialistas para as incorrecções e distorções na política do sector.

Aquando da extinção das antigas Escolas do Magistério Primário, por imperativo nacional, não se executou, nos Açores, um estudo adequado das necessidades futuras de docentes do ensino básico, o que conduziria, se para tal houvesse vontade política, à tomada de medidas imediatas para acorrer a possíveis desequilíbrios. Pelo contrário, recorro, a propósito, de, há alguns anos, um responsável do governo regional ter declarado que, dada a redução progressiva da natalidade, se chegaria ao ponto de haver docentes deste nível de ensino no desemprego. Prognóstico desconchavado de quem não conhece a realidade do meio em que vive, nem possui uma visão correcta dos problemas da governação.

Hoje, deparamo-nos com a situação exposta e que, volto a frisar, é inqualificável.

Nos próximos anos, este encadeado de problemas agravar-se-á, atendendo ao elevado número de docentes do 1º ciclo do ensino básico que, já este ano, irão para a reforma. E, então, os restantes professores que, no próximo ano, ainda ficarem na educação especial serão, definitivamente, chamados a ocupar os lugares do ensino regular e nem serão suficientes para os preencher. Perante esta situação criada pelos governos PSD será que teremos de recorrer a pessoas sem habilitação para o ensino regular, porque, à boa maneira salazarista, para ensinar a ler, escrever e contar não é preciso ser possuidor de estudos superiores? Pois se os professores sem habilitação já há muito, existem nos outros níveis de ensino, porque não no básico?! E quanto ao ensino especial? Extingue-se? Os pais que cuidem dos seus deficientes? E os professores e educadores? Que vão leccionar nas escolas do regular ou, se não quiserem, que saiam dos Açores! (Hipótese que alguns já colocam, como forma de continuarem um trabalho para o qual se especializaram).

Devem ser pressupostos destes que têm estado, por certo, nas mentes dos nossos governantes! Os resultados estão à vista. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

V. Exas, como eu, têm oportunidade, e talvez só nessas ocasiões, de constatar o elevado número de pessoas de todas as idades com diversificados e visíveis tipos de deficiências mentais e físicas, quando os familiares os trazem à rua em tempo das festas maiores da ilha onde residem.

Como reagimos? Uns, “educadamente”, viram a cabeça para não ver; outros não resistem e dizem, “compungidos” - coitadinhos! outros ainda afastam-se o mais que podem, receando que o deficiente mental possa ter algum ataque que faça perigar a integridade física dos circunstantes.

Podemos condenar estas reacções, fruto de medo atávico daqueles a quem nos habituaram a marginalizar? Nem raro é sermos surpreendidos com notícias de deficientes postos pelos familiares (normalmente de fracos recursos sócio-económicos) a viver em tugúrios sem o mínimo de dignidade ou deixados a vaguear à mercê da caridade (ou da falta dela) de outras gentes.

Será que o Governo PSD pretende ver a Região entrar num caminho de retrocesso no que respeita à recuperação e conseqüente dignificação de cidadãos com deficiências e incapacidades várias para a aprendizagem normal, que podem tornar-se em pessoas úteis à sociedade, quando convenientemente apoiados?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom será que se reveja imediatamente o número de lugares definidos para o próximo ano, referentes à Educação Especial.

Bom seria que se incentivassem mais professores a optarem pela Educação Especial.

Bom seria que se alargassem os quadros deste tipo de ensino e nunca que se reduzissem.

Bom seria que se melhorassem as condições de trabalho dos docentes de ensino especial que continuam a ter de desembolsar as despesas inerentes às deslocações frequentes no âmbito das suas obrigações, só vindo a receber pagamento delas três e quatro meses depois.

Bom seria que, definitivamente, se procedesse à articulação do Centro de Educação Especial dos Açores com as Equipas que, em cada ilha, procuram, esforçadamente, e praticamente sem apoios, recuperar e dignificar a vida das nossas crianças e dos nossos jovens.

Bom seria que sempre os governantes tivessem presente e obedecessem ao preceituado na Constituição da República Portuguesa que no nº 2 do artigo 71º refere:

“O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração de deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos eus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores”, e ainda o disposto na alínea g) do nº 3 do artigo 74º:

“Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: promover e apoiar o ensino especial para deficientes”.

No entanto, as justas aspirações dos açorianos, aqui expressas, neste como noutros sectores, não deverão ser atendidas por este Governo, que já está no fim, como o não foram pelos anteriores Governos PSD.

Esperamos, contudo, que novos horizontes se abram para os açorianos e que uma lufada de ar fresco, socialista, varra o mofo desta social-democracia que tem atrasado o progresso dos Açores e menorizado a dignificação dos seus cidadãos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: O Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento no sentido de se prolongar o período de antes da ordem do dia por mais uma hora, nos termos regimentais.

Dou então a palavra ao Sr. Deputado Luís Bastos que, naturalmente, pretende prestar esclarecimentos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi, atentamente, a intervenção da Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira e devo dizer que estou de acordo com o essencial, no que diz respeito à orientação política que deve presidir, nomeadamente no que diz respeito à integração dos deficientes na sociedade açoriana.

É evidente que nem vou discutir a questão dos preceitos constitucionais que existem sobre essa matéria.

Estarei, frontalmente, em desacordo quando a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira mistura o gravíssimo problema da inserção dos deficientes e toda a problemática pedagógica que envolve a questão dos deficientes nos Açores, com eleitoralismo e com discurso político, aproveitando-se quiçá, a assistência e a presença neste Plenário, de professores da Educação Especial.

Devo dizer-lhe que a sua intervenção politqueira e eleitoralista é uma afronta - porque mistura o problema grave dos deficientes desta Região - e choca, certamente, os próprios deficientes, desde logo e, sobretudo, os pais e encarregados de educação de todos esses alunos que existem um pouco por toda a Região. Porque eles gostam, sobretudo, de achegas, de aproximações, no sentido de verem esse problema resolvido. E que esta casa, e todos os deputados destas bancadas, concorram para que esse problema possa ser, ainda que não resolvido porque é difícil, mas pelo menos bastante minorado.

Como a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira teve ocasião, hoje de manhã, recebeu uma equipa da Educação Especial da Ilha do Faial. O Grupo Parlamentar do PSD também recebeu. Nós ouvimos a exposição feita pelos elementos desta equipa. Nós tentámos ouvir e tentámos perceber os problemas. E devo dizer-lhe que estamos bastante receptivos a essa exposição que foi feita e pensamos que, por aquilo que ouvimos e pela exposição feita, esta equipa tem bastantes razões para tomar as posições que tomou, ou pelo menos os argumentos são fortes e convincentes.

Mas, Sr<sup>a</sup> Deputada, falta-nos uma questão muito importante, isto é, falta-nos aferir das razões que levaram a Secretaria Regional da Educação e Cultura a tomar a posição que tomou, em relação a esse problema. Nós não temos esses elementos. Se calhar a Sr<sup>a</sup> Deputada tem. Nós pensamos que os não

temos, mas vamos fazer todos os possíveis por saber que razões são essas e, depois de ajuizada toda esta situação, com todos os elementos que nós devemos ter para ajuizar de forma séria, tomaremos uma posição que, de certeza absoluta - pode estar certa disso - irá no sentido de colmatar essas situações, sobretudo na defesa e na inserção dos deficientes dos Açores nas escolas açorianas. Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira para prestar esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Bastos: Eu creio que V. Ex<sup>a</sup> é que transferiu para o campo da politiquice a minha intervenção, porque de facto ela tem uma linha lógica que nos conduz à conclusão de como a política do Governo Regional, em relação à Educação Especial, tem sido feita por linhas cruzadas e está - como ontem disse o Sr. Deputado Rui Melo - em fase terminal.

Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, um doente que está em fase terminal é quando já não tem cura, vai morrer. Porque em vez de haver uma linha condutora que leve ao desenvolvimento, a um maior apoio às carências das nossas crianças e dos nossos jovens, o que é que nós vemos?

É precisamente o contrário, ou seja, criou-se um Centro de Educação Especial nos Açores, criaram-se umas equipas e mais nada. Vou contar-lhe uma história muito engraçada - se é pode ser para rir, ou talvez chorar - de uma professora que, terminada a sua especialização, pretendia fixar-se em S. Miguel. Mas foi-lhe dito que aqui no Faial era muito mais necessária, dado que a sua especialidade - apoio aos invisuais - fazia-se sentir mais aqui.

Hoje, Sr. Deputado, essa professora da Educação Especial é uma das que estão “despedidas”. É entre aspas, mas é verdade. Estão despedidas da Educação Especial, portanto para o ano não estará no ensino especial. E o que é isto? Despedida. Vai regressar ao ensino regular ou se calhar irá exercer, para outro lado, a especialização que tirou?

V. Ex<sup>a</sup> diz-me que havia eleitoralismo na minha intervenção. Eu devo dizer-lhe que ela está escrita há dias e só hoje é que recebi a equipa da Educação Especial. Saiba V. Ex<sup>a</sup> que não retoquei um ponto nem uma vírgula!

As histórias e as informações posteriores, foram-me fornecidas e outras que eu, entretanto, recolhi.

Mas digo-lhe mais, Sr. Deputado. Uma outra professora da Educação Especial foi convidada a prestar apoio nas Flores, porque não há lá ninguém com essa especialidade; quando estava para ir para aquela ilha prestar esse apoio, foi-lhe dito pela DROP que não havia verba para a sua deslocação; que pedisse os recibos e que depois a Secretaria pagava; recibos, inclusivé, aos taxistas e mais não sei o quê. O que é isto, Sr. Deputado?!

A minha intervenção baseia-se em mostrar que a política da educação está mal, foi mal conduzida e conduziu-nos a este triste estado de coisas, em que as crianças e os jovens mais carenciados são votados ao abandono, são desprezados. Não se lhes dá as condições mínimas para virem a ser cidadãos de primeira, como todos os outros.

É isto que é preciso reconhecer, Sr.. Deputado. Porque, de facto, os sucessivos Governos Regionais e este último Governo Regional, não foi capaz de solucionar o problema, antes pelo contrário, tem vindo a decrescer a qualidade no ensino especial. E o que nós queremos, é ver gente recuperada, é gente sã, física e mentalmente, para serem mais cidadãos a contribuir para o desenvolvimento dos Açores. É isto, Sr. Deputado! Chame-lhe eleitoralismo, chame-lhe o que quiser, mas isto é um facto. Os resultados estão à vista.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção as afirmações do Sr. Deputado Luís Bastos, que fala no desejo da integração das crianças com deficiências. Aliás, essa é uma aspiração de todas as pessoas relacionadas com estes problemas. No entanto, gostaria de perguntar-lhe como é que poderá haver uma política de integração, se estão a ser criadas situações de instabilidade, no pessoal docente mais responsável por essa integração?

E aqui, dá-me a impressão que a contradição é flagrante. Porque, efectivamente, para que essa integração se dê, é fundamental que haja o apoio de pessoal especializado. E aquilo que todos nós sabemos e constatamos - e foi suficientemente documentado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira e pelos representantes do Ensino Especial que hoje recebemos - é a triste realidade em que se está a criar problemas à fixação desses quadros. De mil e uma maneiras, está a tentar-se fazer com que essas pessoas mudem de actividade, isto é, passem do ensino especial para o regular, ou então não estão para se aborrecer e vão para outra zona trabalhar. E nós sabemos que quando os problemas surgem, é isso que muitas vezes sucede.

Será isso o que pretende o Governo Regional?

Esta pergunta será mais uma que ficará no ar, porque o nosso Governo - como pretende o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD que lhe chamemos - aqui não está. Aliás há pouco talvez expressei-me mal quanto à questão dos demonstrativos e possessivos. Mas efectivamente, o Sr. Deputado Victor Evaristo quer que digamos o vosso, o nosso, o seu Governo, que não está cá. E essa falta, essa ausência, foi há pouco lembrada por um deputado dessa bancada, ou seja, pelo Sr. Deputado Luís Bastos, que diz que não sabe as razões que levaram a Secretaria Regional da Educação e Cultura a tomar estas atitudes. E não as sabe, porque aqui não está quem devia esclarecer esta Câmara.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem apalavra o Sr. Deputado Luís Bastos para prestar esclarecimentos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estou disposto a debater esta questão, desde que o sentido fundamental dessa mesma discussão, seja um propósito de melhorar as condições dos deficientes.

Se for para atacar o Governo, eu não estou disposto! Nem os deficientes - repito - nem os pais o merecem!

Se for para tirar dividendos políticos, também não estou disposto.

Se for para tratar de forma séria essa problemática e para colmatar situações que eu sei que há algumas que são anómalas, estaremos todos dispostos e a minha bancada também.

Portanto, não vamos confundir “lufadas de ar fresco socialista” para resolver o problema dos deficientes, aliás a propósito desse problema, a Sr<sup>a</sup> Deputada não resistiu a acabar dizendo “venha o Partido Socialista” para resolver esses problemas”. E é contra isso que nós falamos.

Por outro lado, devo dizer-lhe que ninguém de fora da Região, vem trabalhar no Ensino Especial, para se fixar em determinada ilha. A pessoa pede para vir trabalhar para os Açores. E a administração regional, de acordo com as necessidades específicas das nossas ilhas, tenta colocar esses profissionais naquelas partes da Região onde há necessidade. É isso que se tenta fazer.

Portanto, não devemos confundir estas questões, porque quando eu digo que não sei o que é que a Secretaria está a pensar sobre este assunto, é porque os próprios professores não me disseram qual é a posição da Secretaria sobre esse assunto. E eu não posso, de ânimo leve, ajuizar e aferir esta situação específica da Ilha do Faial - e julgo que é isto que está aqui em causa - sem ouvir as partes envolvidas. Assim é que se trata, seriamente, um problema.

Gostaria também de dizer-lhe que, se chegámos à conclusão que a contra-argumentação, a avançar pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, não é de modo a satisfazer, assim sendo, nós tomaremos posição sobre essa matéria. Ou julga a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira que eu, ou qualquer elemento desta bancada, defenderíamos uma posição do Governo sem que com ela estivessemos de acordo? Está enganada.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Porque uma coisa é suportar um Governo, com uma determinada orientação e com medidas específicas que estão à vista - e os resultados estão à vista - o balanço é positivo e apesar de tudo, muito tem sido feito na educação especial, muito se tem investido nisso. Porque a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira talvez não saiba o que era a educação especial aqui há uns 10, 15 anos atrás...

Deputada Lisete Silveira (PS): Sei, sei muito bem!

O Orador: ...era tão má que nem havia deficientes nos Açores. E sabe por que é que não havia deficientes nos Açores, Sr<sup>a</sup> Deputada?

Porque não havia resposta a essas necessidades; estavam escondidas e não havia política de educação especial.

Presidente: Sr. Deputado Luís Bastos, agradecia que terminasse porque já esgotou o seu tempo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Não havia, portanto, política de educação especial nos Açores.

Não vamos agora a casos particulares que sucedem aqui ou ali. vamos, sim, estudar essa política e tentar encontrar a solução para esses mesmos casos, mas no geral e não particularizar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem apalavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Bastos:

Ouvi com atenção, por isso fiquei espantado (porque não posso esquecer) uma vez que o Sr. Deputado exerceu funções no executivo e, portanto, tinha obrigação de ter alguns conhecimentos.

A 27 de Março de 1985, na segunda intervenção que fiz nesta Casa, já tratava, profundamente, esta matéria e alertava o Governo para uma série de situações. Uma delas, foi que já nessa altura, havia 15 anos que o centro de Educação Especial estava em regime de instalação.

O Sr. Deputado acabou de dizer que há 15 anos não havia ensino especial nos Açores. É incorrecto, porque o Centro de Educação Especial dos Açores já vai fazer 25 anos e, infelizmente, continua em regime de instalação, exactamente porque o PSD sendo Governo há 16 anos, nunca definiu a política de educação especial para a Região. E nunca definiu, porque tem tido posições diferentes, a cada ano que passa.

Já teve uma coisa que se chamava o “apoio sistemático”, depois teve - tem tido - de tudo um pouco e todos os anos vai mudando e variando. Até o ano passado fez uma coisa nova, este ano já faz outra e para o ano não se sabe o que fará. Lamento, profundamente, que o departamento responsável - a Secretaria Regional da Educação e Cultura - não tenha dado a atenção e o cuidado que devia ter dado, ao longo destes anos. Porque já devia ter resolvido o problema do Centro de Educação Especial dos Açores; já devia ter criado as escolas especiais de que se anda a falar há imenso tempo; já devia ter realizado alguns dos cursos, várias vezes referidos nesta Casa, que nunca os fez; já deveria ter dado melhores condições aos deficientes. Enfim, já devia ter tomado medidas que nunca tomou. Já devia porque já gastou dinheiro suficiente para isso. E, curiosamente, vai gastando milhares de contos na formação de professores que depois, no ano seguinte, não os aproveita para a especialização que eles adquiriram.

É lamentável, de facto, que passados estes anos todos, o Sr. Deputado e o grupo Parlamentar do PSD venham a esta Casa dizer que desconhecem a política para a educação especial.

Devo dizer que fiz uma intervenção ontem, voltei a fazê-lo hoje, V. Ex<sup>a</sup> ouviu já representantes dos professores e continua na ignorância. Lamento, profundamente, que passado este tempo hoje, ainda continue sem saber o que é que pensa a Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Os professores também continuam a ignorar e estão sem saber o que o Grupo Parlamentar do PSD desconhece.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi tudo o que aqui se disse e tenho uma grande vontade de protestar contra tudo isto, porque até aqui têm estado a falar aqueles que dizem que não vieram fazer política e agora vai falar o pai que tem os deficientes.

Isto é tudo uma cambada! Porque nunca ligaram a isto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Aquela bancada vazia!

O Orador: É a bancada vazia e mais bancadas. Costumam aparecer ou quando os barcos já estão varados ou quase varados. É preciso dizer isto, porque eu conheço estas coisas mais do que muita gente julga. Eu, como pai de deficientes que sou, penso que aqui existe a mesma guerra que existe entre as pré-primárias. As pré-primárias têm dois donos: a Santa Casa da Misericórdia e as Juntas de Freguesia.

No ensino especial, a guerra é entre as associações de pais e os serviços oficiais.

Eu julgo que é preciso saber quem é que manda. Ou será que vão co-existir até na mesma terra?

Eu conheço lugares, onde existe duas pré-primárias, onde se vai pedir de casa em casa, que “o teu menino saía daqui para ir para acolá, para eu ter direito a pedir a Sr<sup>a</sup> professora para a pré-primária”.

Eu penso que este assunto é demasiado sério. É pena que esses deficientes não possam estar aqui. Uns até não iam poder ouvir. Se fosse o meu filho que estivesse ali, não me ouvia, a não ser que lhe pusessem o aparelho. Outros, coitados, talvez nem pudessem subir a escada. Mas o que é certo é que eles são as vítimas. E estas discussões não são de agora. Eu já há muito tempo que falo disto. Eu passei por muitos sítios. E o mal disto é que não há sinceridade. É porque estamos no fim de festa. Os barcos estão quase varados. é preciso contar as armas.

Os deficientes já existem há muito tempo, mas só hoje é que foram chamados à colação.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu começo por ter em atenção que o que disse o Sr. Deputado Francisco José Silva e com toda a razão.

A indefinição de quem manda em quê e em quem permanece, esse é que é o problema com que o ensino especial também se debate. Mas saiba V. Ex<sup>a</sup> que o que me trouxe aqui foi a revolução do quadro dos professores especializados. Porque o que nós queríamos ver era a duplicação ou até a triplicação dos professores especializados.

Portanto, o que nos move é o querermos, cada vez mais, professores especializados no ensino especial. É urgente fazer-se qualquer coisa pelas crianças deficientes, físicas, mentais e com atrasos na aprendizagem. Nada mais nos move.

Agora, que o Sr. Deputado Luís Bastos - como já é habitual - comece por apresentar aspectos laterais ao problema, essa é uma “veia” da sua maneira de ser, do seu posicionamento aqui. Mas o fulcro da questão, e as causas do que se tem passado a nível do ensino especial - eu até apontei pistas na minha intervenção, talvez o Sr. Deputado estivesse distraído - é a falta de professores no básico, no ensino regular. Eu disse-o e está escrito. Aliás, já muitos anos se tinha dito isso. Este ano vão não sei quantos professores para a reforma, já me disseram. Aqui a nível Faial e Pico, aí uns 50.

V. Ex<sup>a</sup> em S. Miguel, saberá quantos docentes do 1º ciclo do ensino básico irão para a reforma. Todos aqueles que estão em destacamento ou requisitados para o ensino especial, irão regressar à base, à escola. É mais flagrante a escola regular não ter professor para ir dar as aulas. Aí é que está o problema. Não são precisos mais elementos, Sr. Deputado. Eu tinha-os apontados, mas o elemento fundamental é esse. E então, todos sofrem.

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de lembrar que embora se esteja a utilizar o regime de tempos globais neste período de antes da ordem do dia, pelo conjunto de esclarecimentos pedidos e pelo conjunto de esclarecimentos prestados, não se deveria exceder o máximo de 10 minutos.

De qualquer forma, são os deputados que gerem um pouco o seu tempo e na medida em que mais esclarecimentos pedirem, menos tempo têm para intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou procurar ser rápido e só pedi a palavra, porque penso que esta é uma matéria muito importante e que tem sido trazida muitas vezes a esta Casa, durante esta legislatura e, por isso mesmo, julgo que valerá a pena fazer mais algumas considerações.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Francisco José Silva diz que nunca ligaram patavina a estas coisas.

Eu estou de acordo quanto ao seu Governo e ao seu grupo Parlamentar, porque nunca ligaram nada.

Deputado Luís Bastos (PSD): É mentira!

O Orador: Pelo contrário, estas matérias têm sido debatidas por outros. Têm sido apontadas questões que se prendem com as diversas ilhas. Problemas que existem, em relação ao ensino especial, em quase todas as ilhas. Problemas que se prendem com o Centro de Educação Especial dos Açores que têm sido bastas vezes referidos. Desde a discussão do programa do Governo até a esta que temos estado a fazer, neste momento, têm sido muitas as vezes que este assunto tem sido trazido aqui.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Bastos, que diz que o Governo, provavelmente, tem atendido às necessidades específicas e que está a atender a eles, eu gostaria de dizer que o Governo não tem atendido às necessidades específicas desta Região, relativamente a estes assuntos. Porque o único critério que este Governo tem tido em relação a estes problemas tem sido, tão só, um critério economicista. Se há dinheiro, o professor é colocado. Se não há o professor não é colocado. Se há dinheiro para o professor ir para as Flores ou para o Pico, ele vai. Se não há, o professor fica. É este o critério.

Todos nós sabemos que ainda hoje, em muitas das nossas ilhas, o que se passa é exactamente o que se passava há 30 anos. É que não há ensino especial nessas ilhas; nessas ilhas o ensino tem graves deficiências que não são atendidas; que se passam casos caricatos, em que crianças que deveriam ter um atendimento normal, constante e diário, são enviadas para terem tratamentos de 10 e 15 dias, onde existem professores especializados e, no resto do ano, estão na sua terra sem qualquer apoio. Esta é a triste realidade do ensino especial na nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria alongar mais este debate. No entanto, queria dizer ao Sr. Deputado Francisco Sousa que, de facto, não me considero ignorante, em termos de educação especial, mas sei pouco acerca disso. E parece que o Sr. Deputado é um “expert” na matéria. É preciso ter conhecimentos de ordem secundária que eu, efectivamente, não tenho na minha formação. E não devemos de ânimo leve e de forma aventureira, tentar abordar problemas que nos escapam, pois corremos um certo risco de dizermos asneiras. V. Ex<sup>a</sup>, aliás, deu exemplo disso.

Portanto, é preciso ter em consideração essas pessoas que sabem desta matéria.

(Aparte inaudível da Deputada Lisete Silveira)

O Orador: Nós, ao nível político em que nos inserimos, devemos ter um certo cuidado e não “levar o sapato além do chinelo” e pensar que quem percebe destas coisas tem muito para nos ensinar e devemos fazer os possíveis para, na parte que nos cabe, tentar melhorar a situação existente lá fora e ajudar essas pessoas a continuarem a desenvolver as necessidades que existem no ensino especial.

Eu não falei de política do ensino especial. Falei num caso concreto que me foi hoje apresentado, um caso específico da Ilha do Faial. Não extrapolei nem desenvolvi outras questões.

Suscitado por algumas intervenções dos Srs. Deputados, tentei dizer que há educação especial há 25 anos nos Açores - embora não se possa dizer bem assim - eu diria que antes da autonomia democrática, haveria talvez um sítio e uma mentalidade, que então imperava na altura, em que se deixava os filhos deficientes - e a isso eu não chamo centro de educação especial - e que, outrossim, a educação especial veio a alicerçar-se e a desenvolver-se, depois de sermos uma Região Autónoma e depois que se

desenvolveram as políticas sectoriais. E aí, sim, é que se começou a dar os primeiros passos e 16 anos é muito, embora muito já tenha sido resolvido. Mas aí, sim, é que se começou a dar os primeiros passos no que diz respeito a uma política de educação especial. Antes não havia educação especial. Tem-se vindo a melhorar, embora haja muitas lacunas e gravíssimas situações - nós reconhecemos. Só que também sabemos que por vezes - e neste caso específico da Ilha do Faial - não temos na nossa posse todos os elementos possíveis.

Vamos estudá-los, aprofundá-los e - repito - daremos a resposta que acharmos mais conveniente, para aquilo que nós pensamos que deve ser a orientação, neste caso, para a Ilha do Faial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um protesto. E para protestar pela forma como o Sr. Deputado Francisco José Silva se dirigiu a esta Câmara e aos Deputados que, desde há vários anos, vêm intervindo nesta Casa e sobre esta matéria.

Lamento, profundamente, que o Sr. Deputado se tenha referido a vários Deputados - que nesta Casa têm feito intervenções e têm participado em debates com o Sr. Secretário da Educação actual, o anterior e o outro ainda - como sendo uma "cambada" e, infelizmente, talvez V. Ex<sup>a</sup> é que não estivesse na Sala ou estivesse a dormir não participando, por isso, nestes debates nem ouvindo. É lamento mais ainda, quando V. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado esta Casa, como o faz desde há três anos, não tenha ouvido as intervenções que alguns Srs. Deputados têm feito, no âmbito do plano e do orçamento e quando foi discutido o programa do Governo V. Ex<sup>a</sup> não ouviu o que se disse sobre a educação e o ensino especial.

Lamento essa situação e aconselho-o, de facto, a fazer uma passagem - ainda que ligeira - pelo Diário das Sessões desde o dia 27 de Março de 1985, e no que a mim diz respeito, directamente, encontrará dúzias e dúzias de referências a este matéria.

Relativamente ao Sr. Deputado Luís Bastos o que eu quis dizer quando referi que havia ignorância da sua parte, foi que depois de tudo o que aqui se disse, ontem e hoje, e o que V. Ex<sup>a</sup> ouviu esta manhã, não tenha tido o cuidado de pegar num telefone e ligar para o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, à Sr<sup>a</sup> Directora regional de Orientação Pedagógica e saber o se passava. Se V. Ex<sup>a</sup> diz que está altamente empenhado em resolver a matéria e sendo membro da direcção de um grupo parlamentar, poderia ter feito alguma coisa, mais que não fosse até mesmo nesta Sala, porque já vi e ouvi Srs. Deputados do PSD fazerem contactos para as Secretarias e o Sr. sabe que fazem quando querem e entendem.

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Bastos:

Eu queria chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para o facto de que não é preciso ser-se especialista no ensino especial para se constatar a evidência dos factos. Além disso, V. Ex<sup>a</sup> mencionou que eu referia-me a um caso específico do Faial. Eu na minha intervenção não mencionei qualquer caso específico. Posteriormente, apresentei dois exemplos, mas nem sequer disse de onde eram as pessoas envolvidas. Portanto, se V. Ex<sup>a</sup> se der ao cuidado de comparar as vagas existentes este ano, com as vagas propostas para o próximo ano, e se não ficar assustado, é porque, realmente, isto não merece importância nenhuma.

Deputado Luís Bastos (PSD): Merece, sim!

A Oradora: E então?!

Põe em dúvida a situação que se apresenta?

V. Ex<sup>a</sup> acha que isto é politiquice e eleitoralismo?!

Isto é constatar factos. Basta pegar nos papeis. E nem é preciso ser-se especialista no ensino especial para se constatar a crueza dos números.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): É para um contraprotesto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com este contraprotesto a minha bancada dá por terminada esta série de esclarecimentos, protestos, etc.. E ficam esclarecidas duas coisas. A primeira é que a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira na sua intervenção culminou com um apelo a uma “lufada de ar socialista”, no sentido de resolver o assunto dos deficientes.

O problema que se põe é este: eu gostava que me dissesse - se é capaz - em que país do Mundo, com 300, 400, 500, 600 anos de existência, é que o problema da educação dos deficientes está satisfatoriamente resolvido? Eu não conheço nenhum.

Em segundo lugar, sabendo-se, como se sabe, que os deficientes aparecem todos os anos, infelizmente, sem ser possível prever onde, em que número e em que locais aparecem, não é possível para qualquer Governo fazer ou prever uma política atempada, que possa garantir factos que por vezes não podem ser previsíveis.

Por outro lado, é bom não esquecer que esta Região tem também um número de deficientes relativamente elevado per capita. E que, para a educação dos deficientes, torna-se indispensável não só grandes somas de dinheiro, como estruturas e não é fácil criá-las de um momento para o outro e atendendo mesmo, à própria dispersão geográfica. Ainda hoje se reconheceu que por vezes - mesmo em relação à questão do Faial - isso não é fácil resolver-se.

Parece-me, portanto, que este Governo e esta bancada tentarão fazer os telefonemas, tão insistentemente referidos, junto da Secretaria. E para informação do Sr. Deputado Francisco Sousa, já foi feito o primeiro telefonema. Logo, eu não tenho que pedir autorização ao Sr. Deputado para fazer os telefonemas que entender.

O Sr. Deputado, atempadamente, tal como os outros Srs. Deputados, irá saber as diligências que esta bancada está a fazer.

O que é lamentável - e o meu contraprotesto acaba já aqui - é que uma vez mais a oposição aproveita esta situação para, novamente, vir criticar, vir dizer mal e fazer um “show-off” com todas estas senhoras que pediram, com todo o carácter de honestidade, para serem recebidas por nós e por vós e - dizia eu - aproveitando a presença delas na zona do público, vêm, única e exclusivamente, para aqui dizer mal, como é hábito.

Mas não vieram ensinar-nos nada. Não vieram dizer como é que se resolve o problema. Isso não dizem! Mas vêm dizer mal, porque o Governo não faz, o Governo não quer saber, o Governo isto, o Governo aquilo. E, portanto, minha senhora, digo-lhe que a sua intervenção foi, única e exclusivamente, para a bancada do público. Foi, única e exclusivamente, eleitoralista.

Deputada Lisete Silveira (PS): Já está feita há 8 dias!

O Orador: E digo-lhe mais. Se não for esta bancada e o Governo a resolverem os problemas dos deficientes, não vai ser a senhora nem a sua bancada, nem hoje nem nunca, que irá ter competência para os resolver.

(Protestos inaudíveis da Deputada Lisete Silveira)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente:

Uma vez que o Presidente da minha bancada...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O seu Presidente já disse para estar calado!

O Orador: ..já usou da palavra, eu prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Outra vez?!

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD criticou a oposição porque nós só dizemos mal.

Sr. Deputado:

Nós não podemos dizer bem daquilo que está mal. Nós não podemos deixar de criticar, para que V. Exas percebam - como parece que acabaram por perceber - o que é que se tem passado com a política do ensino.

Há pouco, o Sr. Deputado Luís Bastos falava em integração. Agora o Sr. Deputado fala em estruturas. Pensamos que aqui há alguma dificuldade em conciliarem estas questões.

Se tivessem resolvido o problema da integração, o problema das estruturas não se colocava.

Por outro lado, o Sr. Deputado fala em factos que não são previsíveis. Efectivamente, estes problemas têm que ser acautelados e tem que haver vontade política em resolvê-los e esta não tem existido.

V. Ex<sup>a</sup> quer soluções?

Elas são fáceis e existem.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Quais são essas soluções?

O Orador: Professores especializados em número suficiente em todas as ilhas.

Integrem os professores não especializados com aqueles que tem especialização e terão os problemas resolvidos.

V. Exas não têm sido capazes de resolver estes problemas.

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Victor Evaristo veio dizer que nós só sabemos dizer mal. E pediu-me que lhe dissesse em que países com 500 e 600 anos de existência esse problema está resolvido.

Olhe, Sr. Deputado, francamente “que os males dos outros possa ser o seu bem”.

E a maior parte dos países tem as estruturas montadas...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Isso é resposta de quem não sabe dar resposta!

A Oradora: Ora essa, Sr. Deputado! Estão muito melhor do que nós.

Se o Sr. Deputado vier falar na Grécia e na Turquia, são sempre os nossos acompanhantes, então se calhar estamos um pouco melhor.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que não estabelecessem diálogo.

A Oradora: O Sr. Deputado não venha para aqui com a questão planetária dos deficientes. Nós temos um problema a resolver aqui e agora!

E V. Ex<sup>a</sup> ignora que o apoio aos deficientes não é só a deficientes. É a todos os jovens dos 0 aos 18 anos com deficiências de aprendizagem.

Os professores especializados vão a todos os graus. Dão apoio ao ciclo, ao secundário e até à entrada para a universidade.

O Sr. Deputado ignora que não são só deficientes aqueles que se vêem. São todos os outros, com mentalidades curtas que, de facto, não se vêem. E há muitos que também precisam de apoio e de ensino.

Quando o Sr. Deputado refere que já resolveu o primeiro problema, eu e nós todos, gostaríamos que amanhã V. Ex<sup>a</sup> trouxesse a notícia de que as vagas postas a concurso este ano, estarão duplicadas... triplicadas... seja o que for. Oxalá, amanhã. V. Ex<sup>a</sup> traga essa resposta pela qual ansiamos.

A solução imediata é esta e não é difícil, Sr. Deputado.

Portanto, para já se têm vontade de começar a resolver o problema, então amanhã traga-nos a solução e assim, estaremos conversados.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

O Sr. Deputado dispõe de 2 minutos.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero responder ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu trato as pessoas da minha maneira mas não é ofensiva.

Sabe que quando usei aquele termo, foi na generalidade. Falei para todos e, inclusivamente, para mim que tenho estado aqui dentro.

Portanto, não foi com o sentido ofensivo que o Sr. tomou. Mas o que pode acontecer é que o Sr. tenha alguma coisa a roer-lhe na consciência, porque entrou pelo sítio que não devia.

Em relação aos deficientes, eu também não quero que os meus sejam turcos ou egípcios ou do Magreb. Os meus são portugueses, açorianos. E quando há pouco eu tive aquela reacção, é porque um pai quando pede a um filho um copo e ele dá-lhe um prato, e quando lhe pede um prato e ele dá-lhe um lápis - e que sabe que pela vida fora isto será assim - a reacção dele, perante uma discussão destas não poderá ser tão académica, como a de um indivíduo que julga que isto é simples matemática ou simples política.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão, eu quero dizer-lhe que é um campeão, em muitas coisas. É um homem que inventa. Mas ele que inventa tudo isto e que desde 28 de Maio tem votado com uma maioria que poderia ter resolvido estas questões, ele como grande sábio que é, podia ter feito uma proposta no sentido de duplicar os professores e aí teríamos o problema resolvido.

O Sr. Deputado Paulo Valadão aproveitou a “boleia” da intervenção da Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira, para depois dizer que andava no “autocarro” que ela trazia. E como eu sou um dos “sofredores” neste assunto, e não vejo isto com ar de riso nem de gozo, sinto que estas coisas têm que ser tratadas desta maneira.

Presidente: O tempo do prolongamento do Grupo Parlamentar do PSD acabou de ser esgotado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Evaristo:

Vou apenas repetir a leitura que fiz ontem da minha intervenção:

“Já por diversas vezes alertamos a Secretaria Regional da Educação e Cultura para a implementação de medidas que visem contribuir para a resolução deste problema”. “Criação de melhores incentivos para a frequência de cursos superiores especializados, a frequentar nas Escolas Superiores de Lisboa e Porto.

- Alargamento do número de vagas nesses cursos para a RAA.

- Criação de três cursos na Região com protocolo com Lisboa, à semelhança do que fez e faz a Região Autónoma da Madeira.

- Sensibilização e acções de formação para os docentes do ensino regular nas áreas específicas”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para realçar o valor que o Grupo Parlamentar do PSD dá às propostas de resolução que a oposição tem apresentado aqui e feito aprovar. Temo-nos que regozijar com esta afirmação de um dos elementos daquele grupo parlamentar.

Presidente: Daria agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lima, mas o Grupo Parlamentar do PSD esgotou o seu tempo.

O Sr. Deputado Hélio Pombo, do Partido Socialista, teria 2 minutos, neste momento, o que não deve chegar.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, prescindo da palavra.

Presidente: Prescinde, então da palavra, o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Nesta circunstância, nós damos por findo o período de antes da ordem do dia.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos, durante o qual eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Independente Renato Moura para que nos reuníssemos na Sala da Mesa.

(Eram 17.30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19.10 horas)

Antes de entrarmos no período da ordem do dia, queria saudar o Sr. Deputado do CDS, José António Monjardino, que pela primeira vez toma assento nesta Assembleia.

Vamos começar pela leitura dos Relatórios que não foram lidos na sessão de ontem.

Pedia ao Sr. Relator da Comissão de Finanças e Planeamento o favor de proceder à leitura do respectivo Relatório.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Finanças e Planeamento a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-período legislativo de Maio)

## Capítulo I

(Introdução)

A Comissão de Finanças e Planeamento, reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, no dia 13 de Maio, a fim de elaborar o relatório a que se refere o artigo 123º do Regimento e referente ao ante-período legislativo de Maio de 1992, da IV Legislatura.

A Comissão é constituída pelos seguintes deputados:

Partido Social Democrata

- Carlos Manuel Cabral Teixeira (Presidente)
- António José Gaspar da Silva (Relator)
- Victor Manuel Santos Guerreiro Evaristo
- Tomaz Garcia Duarte Jr.

Partido Socialista

- José Gabriel Lopes (Secretário)
- Ricardo Barros
- Dionísio de Sousa

## Capítulo II

(Generalidades)

Durante este ante-período, a Comissão reuniu no dia 29 de Abril, 12 e 13 de Maio de 1992, em Ponta Delgada, com o objectivo de analisar e emitir parecer sobre os diplomas que tinham pendentes.

Todas as reuniões foram presididas pelo Deputado Carlos Teixeira e relatadas pelo Deputado António Gaspar da Silva ambos do PSD, sendo secretariadas pelo Deputado José Gabriel Lopes do PS.

Na reunião do dia 29 de Abril, o Deputado Victor Evaristo do PSD, foi substituído pela Deputada Regina Cunha do mesmo partido.

No dia 13 de Maio o Deputado Tomaz Duarte foi substituído pelos Deputados Luís Bastos no período da manhã e Rui Melo no período da tarde, todos do Partido Social Democrata.

## Capítulo III

(Exercício a que se refere o artigo 60º do Regimento)

A Comissão de Finanças e Planeamento, neste ante-período legislativo, possuía para emissão de parecer os seguintes documentos:

Alínea a) do artigo 60º: - Conta da Região referente a 1990.

Alínea d) do artigo 60º: - Ante-proposta de Lei sobre “Isenção Fiscal de Lucros de Empresas Sediadas nos Açores”.

- Ante-proposta de Lei “Lei das Finanças Regionais”.

No que se refere ao 1º documento, a Comissão continua a aguardar o parecer do Tribunal de Contas a fim de emitir o seu relatório e parecer.

Quanto ao 2º documento, a Comissão já emitiu o seu relatório, apresentando um projecto de substituição da Ante-proposta de Lei.

Inicialmente estudou a hipótese de, em substituição da Ante-Proposta de Lei a Assembleia Legislativa Regional, apresentar à Assembleia da República, um pedido de autorização legislativa nos termos da alínea b) do artigo 229º da Constituição.

Na apreciação desta eventual solução, a Comissão deparou-se com algumas dificuldades de natureza interpretativa quanto à forma de apresentar um pedido de autorização legislativa.

Assim, entende alertar o Plenário para a necessidade de se fazer jurisprudência quanto ao nº 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa.

Na verdade, enquanto a alínea b) do artigo 229º faculta a possibilidade da Assembleia Legislativa Regional legislar sobre autorização da Assembleia da República, e com respeito da Constituição em matéria de interesse específico, que não sejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania, o nº 2 do já referido artigo 229º da Constituição, refere que propostas de lei de autorização, devem ser acompanhadas do ante-projecto de Decreto Legislativo Regional a autorizar.

Sendo competência da Assembleia Legislativa Regional, a apresentação das propostas de lei de autorização, o respectivo ante-projecto de Decreto Legislativo Regional, também deve reflectir a vontade da mesma Assembleia.

A questão que se põe, é como, em termos legislativos, ultrapassar-se esta situação, na medida em que não faz sentido a Assembleia Legislativa Regional aprovar um Decreto Legislativo Regional, objecto de um pedido de autorização legislativa.

No referente ao 3º documento, a Comissão deu início a uma apreciação na generalidade, não tendo contudo, ainda concluído o trabalho de apreciação do mesmo.

## Capítulo IV

(Trabalhos pendentes)

De acordo com o capítulo anterior, a Comissão tem pendentes para emissão de parecer os seguintes documentos:

- Conta da Região de 1990
- Ante-proposta de Lei das Finanças Regionais.

## Capítulo V

(Programação futuro de trabalhos)

Os trabalhos futuros da Comissão, irão ser programados após a presente sessão legislativa.

Ponta Delgada, 13 de maio de 1992.

O Relator, António José Gaspar da Silva

O relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Carlos Teixeira.

Presidente: Pedia ao Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Económicos o favor de proceder à leitura do seu Relatório.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão dos Assuntos Económicos a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-período legislativo de Maio de 1992)

## Capítulo I

(Introdução)

A Comissão dos Assuntos Económicos reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada, nos dias 19 e 20 de Maio de 1992 e elaborou o relatório a que se refere o artigo 123º do Regimento, referente ao ante-período legislativo de Maio de 1992, da IV Legislatura.

A Comissão é constituída pelos seguintes deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

- Carlos Manuel Cabral Teixeira

- António José Gaspar da Silva

- Tomaz Garcia Duarte Jr.

- António Silveira (Secretário)

Partido Socialista (PS)

- Manuel Goulart Serpa (Presidente)

- Albano Pimentel (Relator)

Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

Na reunião não esteve presente o Deputado Tomaz Duarte por motivo justificado e o Deputado António Silveira foi substituído pelo Deputado António Varão.

## Capítulo II

(Generalidades)

Durante o presente ante-período a Comissão reuniu nos dias 19 e 20 de Maio em Ponta Delgada.

Estas reuniões foram presididas pelo Deputado Manuel Serpa tendo como relator o Deputado Albano Pimentel, ambos do PS e foram secretariadas pelo Deputado António Varão do PSD.

O Sr. Secretário da Economia esteve presente na reunião do dia 19.

## Capítulo III

(Exercício a que se refere a alínea a) do artigo 60º do Regimento)

A Comissão possuía para emissão de parecer os seguintes documentos:

1 - Proposta de Resolução - Recomenda ao Governo Regional que não aceite a regionalização dos Aeroportos dos Açores explorados pela ANA-EP.

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 6/92 - Alteração de alguns artigos do Decreto Legislativo Regional nº 17/89/A, de 20 de Setembro.

No que respeita ao 1º documento a Comissão emitiu o respectivo parecer para ser submetido a apreciação e discussão no Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Em relação ao 2º documento, a Comissão entendeu que devem ser obtidos alguns esclarecimentos pelo que será pedida prorrogação do prazo estipulado para análise e emissão de parecer.

## Capítulo IV

(Trabalhos pendentes)

De acordo com o enunciado no capítulo anterior, a Comissão tem pendente para emissão de parecer:  
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 6/92 - Alteração de alguns artigos do Decreto Legislativo Regional nº 17/89/A, de 20 de Setembro.

## Capítulo V

(Programação de trabalhos)

Os trabalhos da Comissão irão ser programados após a presente sessão legislativa.

Ponta Delgada, 20 de Maio de 1992.

O Relator, Albano Pimentel.

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel Serpa.

Presidente: Pedia ao Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais o favor de proceder à leitura do seu Relatório.

Deputado Luís Filipe Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Sociais a que se refere o artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-período legislativo de Maio de 1992)

## Capítulo I

### Generalidades

1. A Comissão é composta pelos seguintes Deputados:

Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado António Varão
- Deputada Adelaide Teles
- Deputado Borges de Carvalho
- Deputado José Carlos Simas

Do Partido Socialista (PS)

- Deputado Fernando Fonte
- Deputado Luís Filipe Cabral
- Deputada Lisete Silveira

2. A Comissão reuniu na Delegação de Angra do Heroísmo no dia 6 de Abril para apreciar e emitir parecer sobre a Proposta de Lei nº 6/IV - Transforma a RTP-EP em Sociedade Anónima - e sobre uma Proposta de Resolução do Deputado Independente Renato Moura acerca do mesmo assunto.

3. Nesta reunião o Deputado José Carlos Simas foi substituído pelo Deputado Manuel Valadão.

Participaram ainda nos trabalhos, nos termos do artigo 215º do Regimento os Deputados Alvarino Pinheiro, em representação do CDS, Paulo Valadão em representação do PCP e o Deputado Independente Renato Moura.

4. A Comissão reuniu nos dias 12, 13 e 14 de Maio na Ilha do Pico para o exercício das competências previstas no artigo 62º do Regimento tendo ainda apreciado e emitido parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional "Classificação do Edifício Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores".

5. Nesta reunião o Deputado José Carlos Simas foi substituído pelo Deputado Francisco José e a Deputada Adelaide Teles pelo Deputado David Santos.

## Capítulo II

## Exercício de competências

1. Nos termos da alínea a) do artigo 62º do Regimento, a Comissão deslocou-se à Ilha do Pico onde manteve reuniões de trabalho com as Câmaras Municipais e instituições ligadas aos sectores da Saúde e Segurança Social. Foi elaborado o relatório que se anexa.

2. No exercício das competências previstas na alínea b) do mesmo artigo a Comissão emitiu parecer sobre os seguintes diplomas.:

a) Proposta de Lei nº 6/VI - Transforma a RTP-EP em Sociedade Anónima;

b) Proposta de Resolução - Parecer sobre a Proposta de Lei nº 6/VI - Transforma a RTP-EP em Sociedade Anónima;

c) Projecto de Decreto Legislativo Regional - Classificação do Edifício Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

## Capítulo III

### Trabalhos pendentes

A Comissão tem pendente de parecer a Proposta de Resolução “Extensão do 1º e 2º Canal de Televisão da Base das Lajes a pelo menos toda a Ilha Terceira”.

## Capítulo IV

### Programação dos trabalhos

Dado terem surgido várias dificuldades em conciliar uma data para a próxima reunião, a Comissão confirmará no decurso do próximo Plenário a programação inicial prevista para o mês de Junho.

Madalena, 14 de Maio de 1992.

O Relator, Luís Filipe Cabral.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, Fernando Fonte.

### Relatório da deslocação da Comissão de Assuntos Sociais à Ilha do Pico

A Comissão visitou a Ilha do Pico nos dias 12 e 13 de Maio tendo desenvolvido os seguintes trabalhos: visita às Câmaras Municipais da Madalena, Lajes e S. Roque, onde realizou encontros com os respectivos presidentes; visita aos Centros de Saúde de Madalena, S. Roque e Lajes onde se inteirou das suas condições de funcionamento assim como das obras de ampliação e melhoramentos que aí decorrem; visita ao Centro de Recolhimento dos Idosos da Madalena; visita às obras da creche e infantário das Lajes.

#### 1. Visita às Câmaras Municipais de Madalena, S. Roque e Lajes

A Comissão deslocou-se às Câmaras Municipais de Madalena, S. Roque e Lajes onde apresentou cumprimentos aos respectivos presidentes e efectuou reuniões em que foram abordados diversos aspectos relacionados com as áreas de competência da Comissão: Saúde, Segurança Social e Habitação, tendo na circunstância, recolhido as seguintes informações:

A nova estrutura para o Centro de Saúde de S. Roque já se encontra em construção, tendo um prazo de execução de 2 anos.

A salvaguarda de saúde da população da ilha constitui uma grande preocupação para os seus autarcas onde a deslocação e evacuação para fora da ilha dos doentes com rapidez, eficiência e segurança, assumem especial importância, porquanto deve ser garantida, o que não está a acontecer.

Outro aspecto que causa preocupação prende-se com o subsídio do acompanhante do doente, que é irrisório, causando grandes prejuízos aos utentes.

A Comissão constatou ainda que a obrigatoriedade dos partos se efectuarem nos hospitais regionais, conforme estabelecido pelo plano de saúde da Região, causa bastante preocupação, manifestada não só pelos autarcas contactados, mas também pelos deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Pico que acompanharam os trabalhos da Comissão. Foi sentimento generalizado que esta situação devia ser revista, uma vez que a forma como se processa actualmente acarreta prejuízos materiais e psicológicos, unicamente suportados pelos utentes.

Assim, a Comissão tomou conhecimento das dificuldades que as parturientes encontram na Ilha do Faial, principalmente ao nível de instalação e outros cuidados e registou que existem contactos com o próprio Hospital da Horta no sentido de ser utilizado um espaço que permita o seu acolhimento.

A evacuação dos doentes constitui outro motivo de preocupação, já que se processa por via marítima, através das lanchas do canal que não se encontram minimamente equipadas para o efeito, além da evidente demora que pode fazer perigar a vida do doente.

O diálogo e as opiniões proferidas sobre este assunto levaram a Comissão a ponderar sobre a possibilidade dessa evacuação se processar por via aérea, aventando-se duas hipóteses: através de aviões de pequeno porte ou mesmo pela existência de um helicóptero estacionado na ilha.

A verdade, porém, é que sendo os Centros de Saúde dimensionados principalmente para os cuidados primários de saúde, com poucos meios auxiliares de diagnóstico e como tal com poucas valências, quando as condições atmosféricas não permitirem a evacuação pelas vias marítima e aérea, sem ser avaliada a gravidade do estado de saúde do paciente as populações são vitimadas pela situação. Trata-se pois de uma questão dependente da existência de equipamentos e recursos humanos diferenciados, assim como de vontade e outra orientação para o sector.

Na área da habitação, a Comissão constatou que o programa da habitação degradada decorre segundo os parâmetros definidos pelo órgão governamental competente, sendo os apoios canalizados para as juntas de freguesia, notando que no ano de 1992 estes apoios sofreram um significativo aumento.

A Ilha do Pico, como a generalidade das ilhas já visitadas pela Comissão, regista um grande número de casas desabitadas.

As Câmaras Municipais têm contribuído para a recuperação da habitação degradada, quer através da disponibilização de máquinas para os trabalhos necessários, quer na colaboração de técnicos para a elaboração de projectos.

Por outro lado, e no capítulo da habitação própria, a Comissão constatou o descontentamento perante a tipologia de habitações definidas pela Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, porquanto ela não serve especificamente para a Ilha do Pico uma vez que, segundo nos foi dado a entender, as habitações a construir têm de contemplar “alto e baixo”.

Outro problema referido prende-se com a necessidade de serem definidas zonas para a construção de habitação o que facilitaria às Câmaras a dotação das infraestruturas necessárias.

## 2. Visita aos Centros de Saúde de Madalena, S. Roque e Lajes

A Comissão visitou os Centros de Saúde de Madalena, S. Roque e Lajes tendo apreciado em pormenor as suas condições de funcionamento e as obras de ampliação e melhoramentos que neles decorrem.

O Centro de Saúde de Madalena, instalado num edifício que apresentava deficiências para as exigências do Concelho, está a sofrer remodelações que melhorarão a sua capacidade de resposta.

O Centro de Saúde comporta um quadro de seis médicos, sendo um de saúde pública, e de doze enfermeiros, dispondo, actualmente, de quatro médicos e de sete enfermeiros.

As inscrições para os médicos de família encontram-se em boa situação registando um nível de 90% da cobertura da população.

As listas de espera para as consultas não chegam a um mês, situação para a qual muito tem contribuído a existência de uma hora diária de consulta aberta o que descongestiona a fluência às outras consultas.

Ainda no capítulo das consultas, tal como os restantes centros de ilha, este Centro dispõe

semanalmente das especialidades de otorrino e oftalmologia; mensalmente, de ortopedia e psiquiatria; trimestralmente, de ginecologia e, três vezes por ano, de neurologia.

No capítulo do equipamento, a Comissão constatou que este Centro dispõe de um laboratório de análises e de um serviço de radiologia cujo equipamento está envelhecido, o que provoca falhas de segurança, além de que a sua “ampola” se encontra no limite de durabilidade. A câmara escura e o seu equipamento são deficientes para as solicitações.

Ao nível da capacidade de internamento este Centro dispõe de dezasseis camas.

O Concelho da Madalena dispõe de postos de saúde em todas as freguesias com serviço médico mensal e de enfermagem diária.

Por outro lado, o Centro de Saúde da Madalena desenvolve um programa de saúde rural que envolve todas as crianças das escolas nos cuidados dentários com consultas ao dentista e distribuição de flúor, pastas e escovas de dentes. O Centro promove ainda, no âmbito desta acção, um programa radiofónico sobre saúde.

O Centro de Saúde de S. Roque, instalado num edifício degradado, aguarda as suas novas instalações que, segundo se julga, virá resolver as necessidades de saúde da população do concelho. Este Centro, que dispõe de 3 médicos e 4 enfermeiros, tem algumas carências das quais se destaca a inexistência de uma casa mortuária e uma capela.

O Centro de saúde das lajes encontra-se em fase de remodelação e ampliação. As obras estão orçadas em 32.000 contos e optou-se por serem realizadas por administração directa, por ser esta modalidade menos onerosa para a Região.

Este Centro possui um quadro para 4 médicos e 11 enfermeiros dispondo, actualmente, de 3 médicos e de 6 enfermeiros.

A Comissão verificou a existência de uma maternidade bem equipada que tem resolvido muitos casos de partos em termo de gravidez evitando a deslocação das parturientes para o hospital da Horta. Este ano já foram realizados 14 partos naquele Centro de Saúde.

No Concelho das Lajes todas as freguesias dispõem de postos de saúde com consultas médicas semanais e de enfermagem diária através de auxiliares com permanência naqueles postos.

### 3. Visita ao Centro de Recolhimento de Idosos da Madalena

A Comissão visitou pormenorizadamente o Centro de recolhimento de Idosos da Madalena, tendo constatado as boas condições daquela estrutura que garantem uma qualidade de vida digna aos idosos ali residentes. Estes idosos são todos pensionistas da Segurança Social, descontando para o Lar 80% da sua pensão de reforma. Dos cerca de 90 utentes mais de metade são do sexo feminino.

Este Centro tem a sua capacidade esgotada e, actualmente, não aceita mais utentes o que ocasiona a existência de uma lista de espera de 72 idosos.

O grande número de requerentes resulta de ser este o único Centro de Acolhimento de Idosos na ilha, recebendo, por isso, solicitações dos outros concelhos.

A Comissão visitou, igualmente, as obras em curso do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico.

O Relator, Luís Filipe Cabral.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, Fernando Fonte.

Presidente: Pedia ao Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Internacionais o favor de proceder à leitura do respectivo relatório.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Especializada Permanente dos Assuntos Internacionais ao abrigo do artigo 123º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-período legislativo de Maio de 1992)

## Capítulo I

A Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais reuniu nos dias 19, 26 e 27 de Maio de 1992 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Angra do Heroísmo e na Assembleia Legislativa Regional dos Açores na Horta respectivamente.

A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados;

Pelo Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado Borges de Carvalho

- Deputado Manuel Valadão

- Deputado Luís Bastos

- Deputado José Carlos Simas

Pelo Partido Socialista (PS)

- Deputado Dionísio de Sousa

- Deputado Rogério Serpa

- Deputado Hélio Pombo

Como Independente

- Deputado Renato Moura

O Centro Democrático Social suspendeu transitoriamente a sua participação nesta Comissão.

## Capítulo II

A reunião do dia 19 de Maio os Deputados Borges de Carvalho do PSD e Renato Moura, Independente faltaram justificadamente.

## Capítulo III

A Comissão dos Assuntos Internacionais iniciou os seus trabalhos pelas 15 horas do dia 19 de Maio dando assim cumprimento à agenda de trabalhos da convocatória que constava dos seguintes pontos:

1 - Regulamento do POSEIMA

2 - Acordo de defesa entre Portugal e Estados Unidos da América

Quanto ao primeiro ponto da agenda de trabalhos e, após ter sido distribuído aos Deputados da Comissão a “Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos arquipélagos dos Açores e da Madeira” os deputados debateram a metodologia de trabalho tendo sido deliberado por unanimidade ouvir sobre a matéria em apreço o Secretário Regional da Agricultura e Pescas, tendo em vista ajuizar melhor as matérias em análise e conseqüentemente melhor fundamentar o seu parecer.

Nesta conformidade a Comissão resolveu marcar nova reunião para o próximo dia 26 de Maio na cidade da Horta com o Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

No que concerne ao segundo ponto da agenda, e uma vez que não teve lugar ainda nova ronda de negociações com os Estados Unidos da América, considerou-se que de momento, seria aconselhável aguardar-se por novos elementos que possam vir a surgir na sequência de nova reunião entre as duas delegações.

## Capítulo IV

Por proposta do Deputado do PSD, Manuel Valadão, foi deliberado que o Presidente da Comissão estabelecesse contacto com o Sr. Presidente do Governo no sentido de colher algumas informações acerca do Acordo Luso- Francês, para utilização da base das Ilha das Flores. Posteriormente, pelo Deputado Independente Renato Moura, foi presente uma proposta cuja 1ª parte é coincidente com a

apresentada pelo Deputado Manuel Valadão e a 2ª parte consiste em a Comissão se deslocar à Ilha das Flores com vista a inteirar-se das implicações que possam surgir de um eventual encerramento da Estação Francesa nesta ilha, quer em termos económicos quer em termos sociais, nomeadamente no que respeita aos trabalhadores daquela Estação.

Face ao teor da questão suscitada a Comissão resolveu indagar junto do Presidente do Governo Regional o que existiria sobre este assunto.

Contactada a Presidência do Governo foi esta Comissão informada de que o Governo da República tinha recebido do Governo Francês uma nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros para renegociar a presença francesa nos Açores.

Neste momento da parte francesa foi tão só apresentado como fundamento do envio da referida nota a evolução tecnológica ocorrida em termos balísticos, o carácter obsoleto do equipamento existente nas Flores e a necessidade de procederem à revisão do seu programa espacial. Foi no entanto adiantado por parte dos franceses que nesta renegociação não estava em causa o abandono da sua presença na Região, dado que continuam a necessitar de apoio logístico em terra, mas tinham de reavaliar a sua presença nos Açores.

Na sequência da referida nota verificar-se-á uma reunião entre as delegações Portuguesa e Francesa no próximo dia 29 de Maio para acordarem o início do processo de renegociação, que ocorrerá no próximo dia 1 de Junho.

Tendo em conta o conjunto destas informações parece a esta Comissão não ser oportuno nesta fase emitir qualquer opinião, mas sim ser seu dever acompanhar o processo da renegociação do Acordo Luso-Francês.

Assim foi decidido que a Comissão em finais do mês de Junho ou 1ª quinzena de Julho deslocar-se-á à Ilha das Flores para in loco e com os elementos que então obtiver apreciar toda a situação decorrente do já mencionado processo de renegociação.

## Capítulo V

### Regulamentação do POSEIMA

Não foi possível realizar a reunião programada com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas em virtude deste se encontrar ausente da Região sobre a Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira.

A Comissão tomou conhecimento que o referido regulamento foi aprovado pela Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu ontem dia 26 de Maio, devendo a votação final em Plenário realizar-se em prazo útil de forma a que seja aprovado ainda durante a Presidência Portuguesa das Comunidades.

Relativamente aos Açores, o regulamento agrícola do POSEIMA constitui ajudas permanentes ao abastecimento de cereais (12,948 milhões de ECUs) com importantes reflexos na alimentação humana e animal, ajudas temporárias ao abastecimento de ramos e açúcar (durante 5 anos - 1993/98), à importação de animais reprodutores (50% a cargo da CE, no valor de 450.000 ECUs) e a supressão dos montantes compensatórios de adesão.

As ajudas à produção local contemplam as frutas e produtos hortícolas, o leite, lacticínios e carne bovina, a beterraba (ajuda à cultura e à transformação) ao tabaco, à batata de semente, chicória (1.000 ECUs por tonelada, até 2.000 toneladas).

O financiamento comunitário atinge cerca de 38 milhões de contos, para as duas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Os restantes regulamentos, nomeadamente o aduaneiro, seguem a sua tramitação, e espera-se que seja aprovado no grupo de trabalho em 27 de Maio, podendo ir a Conselho de Ministros dos assuntos Gerais a 15 e 16 de Junho.

Teremos assim aprovados, em Junho de 1992, três regulamentos do POSEIMA: o agrícola, parte das pescas e o aduaneiro.

Em relação à fiscalidade, relacionada com o grupo que estuda a abolição das fronteiras fiscais, segue-se um processo paralelo, devendo a sua aprovação em Conselho de Economia e Finanças ocorrer já fora da Presidência Portuguesa.

Relativamente à parte fiscal do POSEIMA, nada se pode fazer sem que as fronteiras fiscais da CE estejam definidas.

Quanto aos restantes regulamentos, “caso do artesanato e ambiente” seguem o seu curso normal, devendo ser aprovados até ao final do corrente ano.

Aprovado por unanimidade.

Horta, 27 de Maio de 1992.

O Relator, José Carlos Simas.

O Presidente, José Adriano Borges de Carvalho.

Presidente: Nos termos regimentais, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura para intervir sobre o relatório anterior.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Internacionais, que acabamos de ouvir, constitui uma boa oportunidade para abordar uma preocupação que não deverá ser apenas da população dos Açores e dos seus representantes, mas de todos nós.

Efectivamente as notícias surgidas na comunicação social onde o Acordo Luso-Francês vem ao conhecimento público, que o anexo do Centro de Ensaio de Landes situado na Ilha das Flores, seria encerrado até 1996, no âmbito do programa de reestruturação da defesa e que esta informação teria sido confirmada pelo Governo francês.

A Comissão de Assuntos Internacionais apurou, conforme o Deputado Independente também propusera que se fizesse o eventual apuramento da verdade destas notícias junto do Governo Regional, conforme do relatório consta, confirma-se que o Governo francês apresentou uma nota solicitando conversações para a renegociação do acordo. E os fundamentos apresentados são suficientemente ponderosos para fazer crer que, efectivamente, pode haver uma redução muito grande no âmbito do acordo.

Essa eventual mas provável redução das facilidades solicitadas, conduziria a uma drástica redução do pessoal português ao serviço do anexo do Centro de Ensaio das Flores, com os consequentes prejuízos para os trabalhadores e respectivos familiares, mas também para a economia local no seu conjunto e até para o orçamento regional que retira, desse acordo, uma fonte importante de financiamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado Independente quer aproveitar esta oportunidade para em Plenário reafirmar a sua preocupação perante a situação presente, chamando a atenção para o facto de que a eventual cessação do contrato de trabalho das dezenas de empregados da Estação Francesa, ter um impacto proporcional enorme no mercado de emprego da ilha, tendo em conta a pequena população das Flores.

As dezenas de agentes franceses que ali prestam serviço, com um poder de compra muito alto, têm uma influência, directa e indirecta, na economia local, que não é fácil contabilizar, mas que se sabe que é extremamente significativa.

O peso das contrapartidas financeiras no Orçamento Regional é conhecido desta Assembleia, pela importância que assume no conjunto de receitas da Região.

Atendendo a esta situação merece todo o apoio do Deputado Independente, a decisão da Comissão de acompanhar o processo de renegociação. É igualmente de apoiar que a Comissão deve habilitar esta Assembleia com o máximo de elementos que lhe permitam um acompanhamento deste assunto e um juízo sobre a acção do Governo nesta matéria, já que o Executivo terá direito à nomeação de representantes na Comissão de Renegociação, que deverá obviamente, ter pessoa habilitada e conhecedora de toda a problemática.

Foi para tanto que também o Deputado Independente que propôs por ofício de 18 de Maio, que a Comissão visitasse a ilha para “localmente se poder inteirar das implicações que poderiam resultar desta situação, sugerindo as medidas consequentemente adequadas”.

É evidente que a Região e mesmo o Estado, podem não poder, mas tudo devem fazer no sentido de procurar contornar a eventual intenção da parte francesa, mas o que podem e devem é, pelo menos, criar as condições para que da renegociação resultem os menores prejuízos possíveis.

Deverá criar-se, tanto quanto possível, alternativas válidas para minimizar o problema de uma eventual redução, ou extinção da actividade da Estação Francesa de Medidas das Flores.

Esta Assembleia, como órgão de Governo da Região, não poderá auto-marginalizar-se no acompanhamento próximo deste assunto.

Para tanto será indispensável exigir que o Governo, nesta circunstância, não lhe sonegue os elementos disponíveis. Por seu turno, a visita da Comissão de Assuntos Internacionais à Ilha das Flores, em fins de Junho, ou princípios de Julho, será seguramente indispensável para fazer uma avaliação correcta do impacto social e económico do acordo de Portugal com a França.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere ao debate sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional “Classificação do Edifício Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores”.

Está aberta a discussão, na generalidade, deste diploma e também do diploma proposto pela Comissão, uma vez que, quer o PSD quer o PS, assumem a proposta apresentada pela Comissão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com estes documentos, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação na especialidade e vamos seguir a proposta apresentada pela Comissão.

Eu poria à discussão os três artigos desta proposta apresentada pela Comissão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º e 3º da proposta apresentada pela Comissão para este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Faremos agora a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão dos Assuntos Sociais o favor de proceder à redacção final deste diploma.

Passaremos à apreciação do 3º ponto da nossa ordem de trabalhos - Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 18/87/A, de 18 de Novembro - Concursos”.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata assume a alteração ao texto proposto pela Comissão de Política Geral para esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Está aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Em relação a esta proposta de Decreto Legislativo Regional não há nenhuma alteração e fica desde já à discussão.

Não havendo intervenções podemos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 2º o Grupo Parlamentar do PSD assume a proposta da Comissão, no sentido da sua eliminação.

Está aberta a discussão sobre este artigo 2º e a sua proposta de eliminação.

Não havendo intervenções, vamos votar.

O Sr. Deputado Victor Ramos pede a palavra para?

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para referir que o Grupo Parlamentar do PS, também assume a proposta da Comissão, no sentido de se eliminar o artigo 2º.

Presidente: Assim sendo, podemos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação deste artigo 2º, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Política Geral para redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos para uma declaração final.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista congratula-se com a aprovação por unanimidade, por parte desta Câmara, da presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, uma vez que a mesma visa simplificar e descentralizar todo o sistema de concursos que abrange os funcionários da administração regional.

É para o PS - de certa forma - gratificante o facto de o Governo nem sempre fazer “ouvidos de mercador”, aos assuntos trazidos aqui pelo PS, diversas vezes, que tem alertado o Governo para a necessidade de se descentralizar e desburocratizar a máquina administrativa regional.

É neste sentido que o PS congratula-se com a aprovação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos à apreciação do 4º ponto da ordem de trabalhos, relativo à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Aplicação à Região do Decreto-Lei nº 398/91 de 16 de Outubro - Trabalho Suplementar”.

Está aberta a discussão na generalidade sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em 1983 o Decreto-Lei nº 421 que regulamentava o Trabalho Suplementar, era complicado. Nesse diploma, uma das matérias que era apreciada, era o mínimo de horas que era possível fazer-se, em termos de trabalho suplementar, por ano.

O diploma nacional previa 100 horas/ano. E quando se produz a sua aplicação à Região pelo Decreto Legislativo Regional 4/86/A, esta matéria mereceu um debate aprofundado na própria Comissão, bem como a audição dos parceiros sociais. Conclui-se que o trabalho suplementar devia ir até às 160 horas anuais.

Verificamos que passados 7 anos, o Governo da República admite que a Região Autónoma dos Açores, nesta sua adaptação tinha razão, porque agora vai passar-se das 100 para as 200 horas, o que permite que a maior parte das empresas possa fazer face - com o trabalho suplementar - a aumentos de serviços sazonais, sem que isso possa pôr em causa, não só a criação de novos postos de trabalho, mas também permita a própria sobrevivência das empresas.

Por isso consideramos que esta Proposta vem em devido tempo, ou seja, faz-se a adaptação de um diploma que vai beneficiar, certamente, trabalhadores e empresas, permitindo que o trabalho sazonal

possa ser cumprido, sem pôr em causa os postos de trabalho e, simultaneamente, rentabilidade das empresas.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

O Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do PS assumem as propostas constantes do parecer da Comissão, relativamente a este diploma.

Vamos apreciar o artigo 1º, para o qual não há nenhuma proposta de alteração.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo 1º, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação dos artigos que constam do artigo 2º e que são os artigos alterados deste diploma.

Começaríamos pelo artigo 4º.

Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta para o artigo 4º tem em conta apenas um factor, ou seja, a designação dos contratos de trabalho, que deixaram de ter a designação anterior e passaram a ter a designação “Contratos de Trabalho a Termo Certo” ou “Incerto”.

De facto, é um artigo que não tem nenhuma matéria nova de conteúdo, tem apenas matéria de adaptação à legislação em vigor.

Presidente: Agradecia ao Sr. Presidente da Comissão de Juventude e Formação que me esclarecesse o seguinte:

Sobre este artigo 4º não está nenhuma proposta de alteração contida no parecer. Percebi, no entanto, da intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa, que se trata dum artigo rigorosamente igual ao do decreto original.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na nossa opinião, para o artigo 4º deve ser votada a redacção da proposta que vem do Governo.

Presidente: Sim Sr. já percebi.

Vamos então votar este artigo 4º consoante a proposta original.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 5º e para o qual há uma proposta de alteração, no sentido de apenas se considerar o nº 3 do referido artigo, já que os outros números correspondem ao diploma original e, portanto, não tem sentido fazerem parte deste diploma regional.

Está aberta a discussão do nº 3 do artigo 5º

Não havendo intervenções vamos votar, consoante a proposta da Comissão, no sentido deste artigo 5º ter apenas o nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O nº 3 do artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 9º cuja situação é semelhante à anterior.

Assim sendo, está apenas à discussão o nº 1, conforme a proposta da Comissão, uma vez que os outros números também são iguais ao diploma original.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este é, de facto, um dos artigos que necessitava de uma adaptação às condições das nossas empresas na Região. Ou seja, atendendo ao facto que temos um número muito reduzido de empresas com mais

de 100 trabalhadores, optou-se - na nossa opinião, bem - por não haver discriminação entre empresas com mais ou menos de 100 trabalhadores. Pelo que significa que todas as empresas e todos os trabalhadores, na Região, ficarão em circunstâncias de igualdade, situação que não se verifica no contexto nacional.

Todo o resto do conteúdo é o do diploma nacional, à excepção desta matéria em que há uma adaptação específica à Região.

Presidente: Continua à discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta apresentada pela Comissão, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O nº 1 do artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 10º.

Em relação a este artigo, o que está em causa, de acordo com a proposta da Comissão, é apenas o nº 2.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta da Comissão, relativamente ao artigo 10º, nº 2, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O nº 2 do artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, finalmente, ao artigo 11º para o qual não há nenhuma proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo 11º, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votaríamos agora o corpo do artigo 2º que é aquele que consigna os artigos que são alterados.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontra.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3º deste diploma.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Presidente: Passamos ao artigo 4º para o qual está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão de Juventude e Formação que fizesse o favor de proceder à redacção final deste diploma, e tendo em conta - sem traír de maneira nenhuma - o artigo 1º e o artigo 2º desta proposta, talvez se possam juntar e fazer uma redacção um pouco mais rigorosa do que aquela que aqui está. É portanto, uma questão de redacção que não trai o espírito que aqui está neste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para uma declaração de voto.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente a proposta em apreço, por considerar que a mesma vem em sequência do Pacote Laboral, recentemente aprovado.

O Governo da República decidiu introduzir algumas alterações ao Decreto-Lei nº 421/83 de 2 de Dezembro, que foi alvo de adaptação à Região para o Decreto Legislativo Regional nº 4/86/A, de 11 de Janeiro.

Assim, com esta iniciativa, procede-se à adaptação das especificidades institucionais e orgânicas derivadas do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 391/91 de 16 de Outubro, ou seja, adaptar a sua aplicação à Região Autónoma dos Açores. Também, com a publicação deste Decreto Legislativo Regional, mantém-se a especificidade incluída no nº 1 do artigo 9º, que garante que as empresas, com menos de 10 trabalhadores, sejam contempladas para efeito de descanso compensatório, face às particulares características da nossa estrutura empresarial. Acresce que, para combater a proliferação de fontes normativas, revogou-se o Decreto Legislativo Regional nº 4/86/A de 11 de Janeiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente esta proposta porque como se viu durante o debate na especialidade, estávamos de acordo. E, sobretudo, gostaria de fazer uma recomendação - estando ausente o Governo - ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de as propostas de decreto que viessem da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos correspondessem, cada vez mais e melhor, às técnicas que temos utilizado na elaboração de documentos nesta Casa.

Devo reconhecer que com este já se deu um passo em frente - e o último artigo é prova disso - no entanto, nos outros não se deu cabal satisfação à técnica de legislar que se utilizava nesta Casa. Isto também é para o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, que não está presente, e por isso mando o recado via Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, porque é o melhor que se pode arranjar.

Presidente: Passaríamos à análise do 5º e último ponto da nossa ordem de trabalhos, que é uma Proposta de Resolução sobre o “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 1992”.

Está aberta a discussão.

Devo dizer que o Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do PS assumem a proposta de redacção para uma das alíneas desta Proposta de Resolução.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução sobre o Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1992, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do tempo da hora regimental.

Vamos suspender os nossos trabalhos e retomá-los-emos amanhã pelas 15.00 horas.

A nossa ordem de trabalhos será a seguinte:

1º - Apreciação da Ante-Proposta de Lei sobre “Isenção Fiscal de Lucros de Empresas Sediadas nos Açores”.

2º - Proposta de Resolução sobre “Parecer da Proposta de Lei Nº 6/VI - Transforma a RTP-EP em Sociedade Anónima”.

3º - Apreciação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão de:

- Três Propostas de Resolução apresentadas pelo Partido Socialista.

- Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional cujo pedido de urgência deu entrada na Mesa esta tarde.

4º - Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre “Apoio aos Estudantes do Ensino Complementar.

5º - Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional a não aceitação de regionalização dos aeroportos da Região, explorados pela ANA-EP.

6º - Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a “Estrutura Orgânica da Assembleia Legislativa Regional”, apresentada pelo Sr. Deputado Independente Renato Moura.

7º - Outro Projecto sobre a mesma matéria, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

8º - Outro ainda sobre a mesma matéria, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Boa noite e muito obrigado.

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Adelaide Teles, Carlos Teixeira, David Santos, PS - António Braga Furtado, José Gabriel Lopes, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, João Sousa Braga; CDS - José António Monjardino, Rui Meireles).

(Deputado que faltou à Sessão: PS - Martins Goulart).

---

A Redactora de 2ª classe: Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.